

AÇÃO DO HOMEM NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO DE CAMPO DO BUGRE - PARANÁ: DE 1950 A 2006

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Mafalda Nesi Francischett

CURITIBA

2007

SUMÁRIO

Introdução.....	4
I Capítulo	
Desenvolvimento Histórico resgate de Laranjeiras do Sul.....	6
Questão Agrária.....	7
Desenvolvimento.....	20
Território.....	22
II Capítulo	
Histórico de Rio Bonito do Iguaçu.....	24
Usina Hidrelétrica.....	28
Assentamentos.....	30
Território.....	37
Desenvolvimento.....	38
Agroécologia Agroécossistema Tradicional.....	40
III Capítulo	
Contexto de Campo do Bugre uma História em construção.....	45
Pesquisa dos Primeiros habitantes por década do ano 50 a 2000.....	47
Desmatamento.....	54
Considerações Finais.....	58
Referências	59

INTRODUÇÃO

Optamos por esta temática de pesquisa na comunidade de Campo do Bugre, um aglomerado de residências com aproximadamente 72 famílias com a média de 3 a 5 filhos cada. Com renda baixa, a maioria é assalariada, bolsista, ou bóias-frias que trabalham para os pequenos agricultores da redondeza. O distrito de Campo do Bugre fica no Município de Rio Bonito do Iguaçu e faz limites com o município de Laranjeiras do Sul, estrada com o Porto Barreiro e ainda com o município de Nova Laranjeira, na sede urbana de Campo do Bugre tem as seguintes comunidades rurais: km 130, Rio do Leão, 7 quedas, Arroio Novo, Rio Lambedor.

Com este trabalho, esperamos produzir um conhecimento por meio da pesquisa, observações, análise de dados que leve em conta o conhecimento popular sobre o assunto. Identificar como era e como ocorreu a transformação da comunidade. Quais elementos que a distinguem do que foi no passado e o que foi feito, auxiliando tudo isto para uma melhor compreensão da área para o entendimento da realidade existente.

Assim, pretendemos que a comunidade participe do resgate da história, de como era no passado e as conseqüências que o desmatamento causou, a perda do vertedouros, que são as grandes vertentes d'água que existiam e o uso social das terras como foram os procedimentos até chegar ao que é hoje.

A possibilidade dessa pesquisa é um relato de uma longa viagem empreendida por sujeitos cujo olhar vasculha lugares já visitados, mas de um modo diferente de olhar e pensar nesta realidade, para ser escrito, relatado aumentando assim o conhecimento das gerações mais novas que residem nela e o conhecimento de todas as pessoas envolvidas na comunidade.

Procurar saber como foi o uso social e as conseqüências do uso das terras em cada período, cada década em Campo do Bugre, e como viviam os moradores do passado e como vivem hoje. Sendo assim, procuramos com essa pesquisa saber as causas e conseqüências dos usos das terras na dinâmica da vida social dos moradores do distrito de Campo do Bugre. As causas do desmatamento,

quais foram os sujeitos envolvidos, quais os interesses e os resultados, qual a abrangência da área de terra desmatada.

Decidimos trabalhar este assunto pela importância que é conhecer a história da comunidade onde trabalhamos. Analisar como era no passado para entender o presente, o que se perdeu no passar dos anos e para que a comunidade que hoje vive ali conheça a sua história, quais foram as primeiras famílias que ali vieram residir, quando vieram; como viviam, porque vieram e quais foram os pontos positivos e negativos apontados pela população e nos registros de depoimentos em documentários sobre a criação desde a década de 50 até os dias de hoje.

Conhecer a real história da comunidade desde os tempos dos jesuítas, catequizados os indígenas por serem os primeiros habitantes desta comunidade até os dias de hoje, pensando que essas pessoas, esses grupos, são sujeitos de uma determinada história a ser investigada, sendo necessária uma construção teórica para transformá-la em objetos de estudo. O campo torna-se um palco de manifestação de inter-subjetividades e interações entre pesquisador e grupo estudado, propiciando a criação de novos conhecimentos.

O objetivo principal foi levantar a origem, o uso social das terras do Distrito de Campo do Bugre através da história contada por seus habitantes. Também, analisar escrituras de terras de moradores que ali residiam no passado para estudar como foi feito o uso social das terras; como tudo começou; procurar conhecimento escrito e depoimentos sobre os primeiros habitantes desta comunidade (índios, jesuítas); como viviam e verificar as principais causas e consequências do desmatamento e como se apresenta a ocupação do solo de Campo do Bugre.

Esse trabalho se compõe de três capítulos: no 1º capítulo falarei sobre o desenvolvimento histórico, resgate de Laranjeiras do Sul, Questão Agrária, Desenvolvimento, Território; no 2º Capítulo, faço um Histórico de Rio Bonito do Iguaçu, Usina Hidrelétrica, Assentamentos, Território, Desenvolvimento, Agroécologia e Agroecossistema Tradicional; no 3º capítulo, Contexto de Campo do Bugre, Uma História em Construção, Pesquisa dos primeiros habitantes por décadas, dos 50 a 2000.

I - DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO LARANJEIRAS DO SUL

Ao ler vários materiais e analisar vários escritos sobre a criação dos municípios vizinhos para adquirir conhecimentos sobre o trabalho que precisava organizar, percebi que grande parte da história da comunidade de Campo do Bugre permanece ainda hoje esquecida em arquivos da Prefeitura, colégios, cartórios, paróquias e tantas outras dependências públicas e privadas. Outra parte também significativa sequer possui registro escrito e está guardada na memória de muitas pessoas que vivenciaram toda uma época em seu fazer histórico ou dos fatos tomaram conhecimentos, conhecimentos passados de pai para filho, processo capaz de manter a história viva, permitindo que a verdade historicamente construída passe de geração a geração sem perder a sua validade enquanto fato histórico.

Conforme Haesbaert (2002), as formas de manipulação do espaço não jogam apenas um papel decisivo para a realização das estratégias político-econômicas dominantes; elas podem corresponder também a base para formulação de propostas minoritárias de convivência social e a um referencial indispensável para a articulação e ou preservação de identidade coletiva diferenciadora.

Conforme Camargo (1999), a história de Laranjeiras do Sul contada com a colaboração de verdadeiros partícipes que auxiliaram para que juntos pudéssemos resgatar uma das mais belas páginas da conquista do Centro-Oeste-Paraná. Um depoimento, uma fotografia, acesso aos documentos da família, tiveram a devida importância na elaboração desta obra.

O conceito de território pode significar o espaço físico em diversas escalas, desde o espaço geográfico de uma nação de uma região de um Estado, de uma micro-região, de um município, de um bairro, de uma rua, esse é seu sentido absoluto objetivo concreto. O conceito de território pode significar também espaços sociais em suas diversas dimensões culturais, políticas econômicas histórica, ou seja, as relações sociais em que sua complexidade especialidade e temporalidade. Inclusive no plano de idéias, da construção de conhecimentos e de suas diferentes leituras da realidade.

Questão Agrária

A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra; analisá-los somente neste âmbito é uma visão redutiva, porque esses conflitos, por serem territoriais, não se limitam apenas ao Estado. (MARTINS, 1994, p. 12,13)

Na verdade, a questão agrária engole todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer; evidente que a questão agrária não é um enigma, sua compreensão é possível desde que seja analisada na sua essência, reconhecendo e revelando os seus limites em um campo de possibilidades que exige uma postura objetiva nas tomadas de decisão no tratamento da questão agrária.

A ocupação de terra é uma afronta aos princípios da sociedade capitalista. Todavia, as ocupações de terra continuavam crescendo tendo pela frente as ações da justiça e as ações dos latifundiários. O governo FHC, em 1997, implantou o programa cédula da terra na tentativa de impedir as ações do MST, especialmente os trabalhadores de base para formar novo grupo de família.

No ano de 2002 houve um pequeno crescimento no número de ocupações, com a derrota F.H. C e a vitória de Lula nas eleições de 2002; as ocupações voltaram a crescer e em 2003 o número de famílias em ocupações de terra ficou entre os cinco maiores da luta pela terra desde 1998.

Desde o início da colonização, inúmero foram os acontecimentos no município de Laranjeiras do Sul até nossos dias. Saber sobre os antecedentes, sua história e sua cultura, identificar essa miscigenação étnica que compõe a população e perceber a subjugação da maioria dos povos é um ponto primordial no entendimento da dinâmica sócio-espacial.

No século XVII, quando a nossa região era habituada apenas pelos índios; aconteceu em pleno sertão, a passagem dos religiosos da Companhia de Jesus, padres jesuítas que chegaram ao nosso país; a partir de 1549, várias dezenas desses religiosos percorreram o Brasil em toda a sua extensão. Integrante da sociedade missionária fundada em 1534, por Santo Inácio de Layola tinha como objetivo defender

o catolicismo diante da reforma protestante e difundi-lo nas novas terras do Oriente e do Ocidente.

O catolicismo teve então rápido crescimento, alcançado grande prestígio e poder. Eles fundaram em nosso País as primeiras reduções ou missões, igrejas e colégios. Nas bacias do rio Paraná, Uruguai e Paraguai foram criadas as várias missões que reuniram milhares de índios; no entanto, estes índios fugitivos haviam assimilado novidades com os Jesuítas, inclusive aprendido um pouco dos idiomas espanhol e Português, fator importante para o desbravamento do sertão.

Nas reduções, além dos fundamentos religiosos, os índios aprendiam a semear, a fazer tijolos, a trabalhar a madeira e a construir casas; foram eles os primeiros povoadores dos campos de Guarapuava, especialmente como os primeiros habitantes a se estabelecer em Laranjeiras do Sul, conforme vários documentos e narrativos, certamente com o temor de perder as suas terras, em muitas ocasiões os índios se mostravam extremamente arredios e até cruéis com qualquer invasor. Com os nossos pioneiros houve entendimento por vários anos até pelo fato de ser um único homem, o que certamente não apresentava perigo para os Kaingang e seus subgrupos que dominavam as nossas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná eram habitados pelos Kaingang e Guarani, que se distinguiam por várias denominações.

De acordo com Marcondes (1998), na região onde se localiza Laranjeiras do Sul, os índios conhecidos como *Dóris* ou macacos, eram rudes e bárbaros. Os bandeirantes além de aprisionar índios e aumentar o território em favor de Portugal, pesquisavam a presença de ouro e pedras preciosas. Não se tem notícias da descoberta de ouro nos Campos Gerais. Em 1769, uma expedição comandada pelo Sargento Cândido Xavier de Almeida e Souza passou para a história como o descobridor dos famosos campos de Guarapuava, chamados pelos índios de Carambang-rê.

Em 1809, o sertanista Diogo Pinto de Azevedo Portugal, comandando uma bandeira povoadora composta de cerca de trezentas pessoas, partiu de Curitiba com destino aos campos de Guarapuava. O sertanista enviou várias expedições para explorar os sertões nos vales dos principais rios: Pinhão, Jordão, Iguaçu, Cavernoso,

Tibaji e Perquiri. Na cidade de Laranjeiras do Sul, Diogo Pinto é homenageado com o seu nome em ruas da cidade.

Marcondes (1998) descreve sobre o primeiro prefeito de Laranjeiras do Sul, senhor Alcindo Natél de Camargo, que também deixou uma pequena, mas importante história local; confirma que onde hoje está Laranjeiras do Sul foi o local de desterro de criminosos recapturados como reincidentes. A região era considerada extremamente selvagem, tanto que as famílias pioneiras enfrentaram tempos muito difíceis. A falta de estradas, a distância de civilização mais próxima, e principalmente os índios que não se limitavam a atacar caravanas, casas e a matar o gado. Os Dóris rudes e bárbaros segundo a descrição do Padre Chagas, também envenenavam as fontes d'água, causando grandes baixas entre os sertanistas e povoadores.

Durante quatro décadas, os campos de Guarapuava foram locais de desterro dos criminosos abandonados nos sertões, apenas com roupa do corpo, e muitos acabavam nas fazendas onde plantavam e criavam animais como meeiros, fazendo suas próprias posses.

A professora escreveu que destes degredados nos campos de Nerinhê, sabe-se que apenas um sobreviveu. Este sobrevivente citado pela professora, Gracita Gruber Marcondes, tem grande importância na história de conquista das terras onde se situa Laranjeiras do Sul.

Os índios fabricavam arcos, flechas e outros utensílios, para exercitar sua arte, manter a cultura e vendê-los como artesanatos nas cidades das margens das rodovias. Houve tempos em que as armas dos Kaingang Guarani e seus subgrupos eram mortíferas e temidas pelos bandeirantes, povoadores, aventureiros e catequistas que cruzaram os nossos sertões (conforme o livro as guerras dos Índios Kaingang-Lucio Tadeu Mota-1994-Editora da Universidade Estadual de Maringá). De madeira forte como o ipê ou a guajuvira, faziam os arcos de aproximadamente um metro e setenta de comprimento. A madeira forte e bem trabalhada tinha grande elasticidade, tornando uma flecha mortal para o ser humano; eram as armas preferidas para os ataques em campos abertos, ou quando os inimigos navegavam pelo rio com pouquíssimas condições de defesa. Mais tarde os índios tiveram acesso às armas de fogo, principalmente dos chamados colaboracionistas, com a finalidade de lutar contra as

hordas que são invasoras de que opunham à ocupação do seu território, as facas e facões eles conseguiam como presente dos povoadores, ou nos ataques aos viajantes e as casas.

Diversos escritos dão conta de que os primeiros contatos com os habitantes da terra foram pacíficos, ao ponto de trocarem presentes, como escreveu Pedro Fernandes, integrante da comitiva de Dom Alvar Nunes Cabeça de Vaca, que aqui passou em 1541. No entanto, a ocupação das terras teve lances dramáticos, pois os índios sentiram que estavam perdendo o que consideravam seu. Não pode ser mantido o mito de que nossos índios assistiram o povoamento desta região de forma passiva. Dentro de suas possibilidades foram inimigos duros que lutaram bravamente pela terra, pela segurança e pela liberdade que lhe eram tomadas de uma só vez.

O Pioneiro entre os Índios

Corria o ano de 1848, José Nogueira do Amaral, casado com Maria Felicidade, vivia em São Paulo, onde possuía um emprego no Governo Imperial, mas também se dedicava à lavoura. José era um condenado à pena capital da força. Havia certa desavença por motivos de divisas de terras, com alguns vizinhos de sua propriedade, e num certo feriado, não tendo compromisso no emprego, decidiu visitar as plantações. Na passagem de uma porteira, duas pessoas lhe armaram uma “tocaia” com o intuito de matá-lo; houve luta e José Nogueira do Amaral matou os homens que lhe queriam tirar sua vida. Foi condenado à pena Capital pela força. A pena de morte acabou transformada em degredo. José, na condição de condenado à morte, queria escapar com vida, abandonou nas mediações de Guarapuava as terras dos índios.

De acordo com Camargo (1999), o condenado vagou por vários dias pela mata, procurando não deixar qualquer pista, e principalmente não ser visto pelos índios que se deslocaram de um lugar para outro, diversos relatos dos pioneiros dão conta da existência de onças nesta região, que eram chamadas de tigres. José matou um animal e passou a usar a pele do animal que abatia, como roupa, pois precisava ser protegido do frio e dos insetos. Sofreu as conseqüências, mas trouxe sua família de São Paulo

para Laranjeiras do Sul e tornou-se o dono das terras do chamado município de Laranjeiras por 45 anos.

A Vinda de Novos Pioneiros

Joaquim Nogueira do Amaral relatou em Guarapuava às autoridades sobre Laranjeiras do Sul, pois já tinha posse; relatou ser uma região inóspita e habitada por índios rudes e bárbaros. Interessados em conhecer vieram para esta cidade: José Inocêncio, José de Moraes Coutinho, Antonio da Cruz.

O senhor Alcindo Natél de Camargo deixou escrito que com a chegada destes novos pioneiros, junto aos Nogueiras que aqui já estavam, os índios começaram a se tornar desconfiados e hostis, temendo que viessem mais civilizados para se apoderar de suas terras. O advogado Xenofonte Lopes deixou nos arquivos do Município as primeiras escrituras, pois já existiam diversos fazendeiros nos Campos de Guarapuava e despertou o interesse de muitos, devido os campos nativos. Foi com este movimento de novos pioneiros vindos para Laranjeiras do Sul que Frederico Virmond soube do espírito aventureiro de José Nogueira, enviando emissária à sua procura, propondo boa recompensa se ele fosse à condição de contratado explorar aqueles campos; ele aceitou a proposta.

Nogueira organizou, segundo Camargo (1993), uma comitiva composta de homens escolhidos e de confiança do Coronel Virmond, atravessou o Rio Iguaçu, acima do Porto de Santa Maria, rumo sempre ao sul. Analisando estas incursões aos campos de Palmas, concluímos que o verdadeiro objetivo era a ocupação para o desenvolvimento de atividades pastoris, haja vista que diversos grupos já lutavam pela sua posse, Pinto Bandeira escreveu um artigo com o título “Notícias da descoberta dos campos de Palmas”, publicado mais tarde pela revista do Instituto e geografia Brasileira, tornando-se o dono da posse, os extensos campos de Palmas; foi em pagamento desta missão exploradora de José Nogueira do Amaral, que recebeu no início de 1853 o registro da posse da fazenda Laranjeiras.

Pioneiros massacrados

Em entrevistas com descendentes de pioneiros, como Alvina Kapazi, escritos de Alcindo Natél de Camargo em documentos arquivados em Guarapuava, mostram que as hostilidades dos índios para com os pioneiros constituiu o principal empecilho para o povoamento de Laranjeiras do Sul. Domingos Floriano Machado, que já tinha posses na região mesmo antes da chegada de José Nogueira do Amaral e que recebeu em 1853 documentos da Fazenda Bugre Morto foi uma das muitas vítimas, junto com vários de seus familiares, pelos levantamentos realizados para esta obra; mesmo possuindo posses na região, Domingos Floriano Machado morava em Guarapuava, vindo ocupar suas terras tão logo foi resolvida a contenda existente com Nogueira do Amaral. No mesmo ano em que o litígio de terras foi solucionado, o Paraná tornava-se província independente de São Paulo. Zacarias de Góes e Vasconcelos foi o primeiro presidente, empossado no dia 19 de dezembro de 1853, conforme o livro “As guerras dos índios Kaingang” (Lucio Tadeu Mota-1994. Editora da Universidade Estadual de Maringá), que conta que muito cedo a autoridade teve noção de gravidade da situação nesta região de Província, representada pelos ataques dos índios aos Pioneiros. No dia 9 de fevereiro de 1854, o subdelegado de Polícia de Guarapuava através de ofício ao Presidente de Províncias, dava a informação que ocorrera um massacre classificado como horroroso, ocorrido em Laranjeiras do Sul.

Mota (1994) destaca em documento que no dia 1º de fevereiro de 1854 a fazenda do Alferes Domingos Floriano Malhado foi assaltada com ferocidade, morrendo o proprietário e mais oito pessoas de família; a casa foi saqueada e incendiada. O cacique que comandou o sangrento ataque chama-se Deggaembang, e, da fazenda, eles levaram ferramentas e roupas.

No dia 10 de fevereiro de 1854, a Câmara Municipal de Guarapuava comunicava ao Presidente Zacarias um novo ataque, desta vez à fazenda de José Nogueira do Amaral. Houve reação armada, mas mesmo assim os índios cercaram a propriedade por três dias consecutivos.

É citado, em documentos do Arquivo Público do Paraná, um bárbaro ataque ocorrido no dia 19 de julho de 1854, no qual pereceram onze pessoas da família

Nogueira, quando colhiam uma roça no Xagú; os índios fizeram grande alvoroço, após a matança, festejando sobre os cadáveres multilados.

De acordo com Mota (1994), os índios chegavam ao ponto de extrair os fetos das mulheres grávidas e devorá-los. O padre Montoya ainda escreveu que neste ritual os índios acreditavam que as virtudes da vítima seriam assimilados por quem as devora. Diversos estudiosos do assunto acreditam que ainda existem índios canibais entre os mais de cinquenta grupos indígenas que habitavam o extremo Norte do Brasil.

Os pequenos fortes como defesas

De acordo com Mota (1994), não foram poucos os ataques dos índios aos primeiros habitantes da região, até pelo fato de que as moradias ficavam distantes umas das outras, dificultando a defesa. As habitações rústicas dos primeiros moradores eram feitas de grossos paus roliços, inclusive o teto, sobre o qual colocavam uma camada de folha de taquara para vedar a água da chuva. Um dos depoimentos que temos em arquivo dá conta de que, em certa ocasião, durante a noite, houve um violento ataque e vários índios conseguiram entrar pela única abertura da paliçada que protegia a moradia de José Nogueira e seus familiares, que fora deixada a propósito; como o ataque estava sendo esperado, José e seus homens haviam besuntado os corpos com banha de porco, e se pintado como os índios. Desta forma, estavam no meio dos invasores, tendo dizimado vários deles a golpe de facão enquanto muitos fugiam.

José Nogueira, que por bastante tempo residiu com seu irmão Joaquim em Arroio Farinha, decidiu mudar para outra localidade, próxima à estrada que leva ao km 127; no local existe um pequeno e antigo cemitério onde jazem os corpos de dezenas de índios e descendentes da família Nogueira. Ali está o túmulo do pioneiro José Nogueira do Amaral, que depois de tanta luta com os índios e demais perigos do sertão desde que foi degredado, em 1848, faleceu de velhice no dia 28 de outubro de 1884.

Colônia militar, Marechal Mallet e a origem do nome de Laranjeiras do Sul

No ano de 1901, instalou-se em Laranjeiras do Sul o 1º Batalhão em engenharia, tendo como finalidade continuar o trabalho de instalação de linha telegráfica desde Ponta Grossa a Foz do Iguaçu. O breve histórico foi escrito por Alcindo Natél de Camargo, que menciona que fazia parte do 1º Batalhão de Engenharia o capitão médico Dr. Laranjeiras, “que por ser humanitário e elevado espírito conquistou a estima de Vades a tal ponto que seu nome foi dado às terras da sesmaria, passando a dominar-se Fazenda Laranjeiras”.

Concluimos que a homenagem ao Dr. Laranjeiras aconteceu como grande coincidência, pois ele já existia. Laranjeiras do Sul teve ao longo de sua história os seguintes nomes: Nerinhê (Laranja no idioma Kaingang), Sesmaria dos Nogueiras, Chager, Pinhal Ralo Colônia Militar, Marechal Mallet, Laranjeiras, distrito de Guarapuava Iguaçu (quando foi criado o município em 1946) e finalmente Laranjeiras do Sul. (Nerje “Raízes de nossa Terra”).

Paróquia Santana

No ano de 1906, foi construída a primeira capela em Laranjeiras do Sul, dedicada à padroeira Sant’ Ana, obra que passaria por várias modificações nos anos seguintes. As tábuas ao redor seriam de cedro, o forro, o assoalho e os sarrafos de pinheiro. O contratado teria prazo para concluir a obra antes da festa de Sant’ Ana, marcada para o dia 26 de julho de 1914. (Nerje “Raízes de nossa Terra”). A paróquia foi fundada pelo decreto nº. IV, de 24 de novembro de 1933, assinado por Don Antonio Mazzarotto, bispo diocesano de Ponta Grossa.

O Instituto Sant’ Ana

O Instituto Sant’ Ana é uma das mais conceituadas instituição de ensino de Laranjeiras do Sul, acolhendo alunos de pré-escola a 8ª série, além do CEMIC. Por 30 anos, desde 1938 a 1968, o instituto Sant’ Ana funcionou em um casarão de madeira;

a construção de alvenaria foi iniciada 1965 e concluída em 1968. (Nerje “Raízes de nossa Terra”)

Os Primeiros professores

Nos tempos dos pioneiros, as mães alfabetizadas é que ensinavam seus filhos a escrever e ler, como também fazer as operações de matemática. Em 1912, chegou à pequena vila o austríaco Aluísio Maier; tratando-se de homem culto e interessado, fundou a escola particular que funcionou até 1915, quando Laranjeiras recebeu o 1º professor público, o senhor Aluisio Maier, que continuou seu ofício como coletor Estadual de Laranjeiras, e sua esposa Maria do Belém Maier, agente do correio local.

Distrito Judiciário

De acordo com Camargo (1999), um dos grandes avanços para a época foi a instalação do Distrito Judiciário, que ocorreu no mês de agosto de 1911. Até aquela data, Laranjeiras fazia parte do distrito guarapuavano de Campo Real e em Porongos (hoje Goioxim), onde se faziam os registros de nascimento de casamento, óbitos e eleições. Ao invés dos moradores de Laranjeiras do Sul se deslocarem até Porongos (Goioxim), agora eram os moradores da região que vinham ao Distrito Judiciário fazer suas procurações e escrituras.

A estrada para Foz do Iguaçu

Conforme Camargo (1999), em 1916, Francisco Natél de Camargo, engenheiro, assinou contrato com o Governo do Estado para abertura e a construção da estrada de rodagem de Lagoa Seca a Catanduvas, à custa de força humana: com pás, picaretas e marretas foi executado o serviço da estrada.

O transporte passou a ser feito em carroças puxadas por quatro, seis ou oito animais cavalos e burros, as viagens entre Foz e Ponta Grossa demoravam de dois

a três meses, dependendo das condições do tempo; além das estradas ruins não havia ponte e quando os rios enchiam era necessário esperar abaixar as águas para continuar a viagem.

Assim, os carroceiros, conforme Camargo (1999), levavam erva-mate até Ponta Grossa e voltavam carregados de sal, fazendas e ferramentas. Somente em março de 1969, sob a direção da comissão de estrada de rodagem nº 1, foi inaugurada a BR. 277, que se dividia em trechos e foi executada por empreiteiros.

O sonho acabou

De acordo com Camargo (1999), o território federal do Iguaçu foi extinto pelo artigo 8º do ato das disposições constitucionais, transitório, promulgado no dia 18 de setembro de 1946. Não tinha líderes políticos que pudessem se impor contra a extinção do território, e a bancada federal era francamente favorável ao fim da unidade federada; para a população de Laranjeiras do Sul capital a extinção do território foi uma surpresa, e pôs fim às suas esperanças de progresso e de uma vida melhor.

Quem mais sentiu com a extinção foram as pessoas da cidade, porque as facilidades acabaram; antes, tudo se resolvia aqui e doravante todos os problemas teriam que ser levados a Guarapuava ou Curitiba. Extinto o território Federal do Iguaçu, Laranjeiras voltou a ser distrito de Guarapuava.

A grande extensão territorial e as primeiras indústrias

Muitos fatos que narramos referem-se à antiga Laranjeiras, de cuja extensão territorial foram desmembrados e criados os seguintes municípios: Guaraniaçu, Catanduvas, Três Barras do Paraná, Ibema, Campo Bonito, Diamante do Sul; Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu, Virmond e Porto Barreiro. Antes do ano de 1946, toda essa extensão de regiões pertencia a Guarapuava. Dessa forma, muitos acontecidos do primórdio da história de Laranjeiras do Sul são citados em documentos antigos como ocorridos em Guarapuava; também no nosso caso, fatos históricos importantes são narrados tendo como palco a

Laranjeiras antiga, que abrangia todos os municípios já citados. Embora existindo matéria-prima abundante, não havia qualquer tipo de industrialização, a erva-mate deu início à atividade extrativista, depois foi a madeira, principalmente a araucária, pinheiro-do-Paraná.

O Território Federal do Iguaçu

A idéia de criar o território Federal do Iguaçu começou a ser estudada já no final da década de 20. A população do oeste do Paraná queixava-se de abandono, de que não havia interesse real das autoridades do Estado em solucionar os problemas existentes na região; assinado por Getúlio Vargas, o decreto presidencial nº. 5.812 criava o território Federal do Iguaçu, em 13 de setembro de 1943, definindo seus limites (PARANÁ, 1985). O primeiro governador do território foi o Coronel João Garcez do Nascimento, que percorreu a região para escolher o local onde instalar a capital, selecionando dois lugares: Passo Liso e Colônia Mallet.

No dia da instalação da capital, assumiu como prefeito nomeado Alcindo Natél de Camargo; com o território, o lugarejo cresceu, atraindo muita gente pelo progresso que despontava, e o comércio cresceu. O prédio da prefeitura velha foi o Palácio do Governador, e em uma das salas funcionava a prefeitura da capital do território.

O conforto e o Progresso

Com a instalação das repartições públicas de forma gradativa, e com as casas comerciais, a vida da população do município e da região tornou-se mais fácil, pois não havia mais necessidade dos deslocamentos para centros maiores para resolver assuntos que, às vezes, eram até insignificantes. Com a abertura de casas comerciais maiores e com variedade de mercadorias, os agricultores conseguiam vender seus produtos com certa facilidade.

No sistema educacional foi instalada a Escola Normal Regional, que era novidade e oferecia o curso de formação de professores. Foi freqüentada por alguns

alunos de vários municípios vizinhos e até do Estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A imagem do Cristo Redentor

Um dos principais símbolos da cidade foi trazido durante a gestão do Governador Garcez (Rita Geni de Paula Sathler); foi doado por Helena, esposa do Governador, que fez uma promessa de doar um Cristo Redentor à capital do Território, e a população da época passou a pagar promessas e evocar pedidos de graças em homenagem ao governador do território; aquele local foi nomeado como Praça Governador Garcez; se observarmos atentamente, veremos que a imagem do Cristo Redentor está de frente para o antigo palácio do Governador do Território, a mesma posição em que foi colocada quando sua chegada nesta cidade de Laranjeiras do Sul.

O Movimento pelo Município

Alcindo Natél de Camargo e várias pessoas iniciaram um movimento tendo como objetivo recuperar pelo menos em parte a liderança que Laranjeiras havia perdido com a extinção do território Federal do Iguaçu, que foi instalado no dia 09 de março de 1945, pelo decreto nº 533.

No dia 03 de outubro de 1946, Alcindo Natél de Camargo venceu a primeira eleição municipal; na oportunidade, foi eleita a primeira Câmara Municipal de Vereadores. Uma das primeiras obras do novo município foi a construção do Matadouro Municipal, que por muitos anos atendeu às necessidades de Laranjeiras do Sul.

Na educação, houve a doação de lotes de terras e até de pinheiros que poderiam ser transformados em tábuas para a construção e a cobertura das escolas.

Na primeira gestão do Município de Laranjeiras do Sul, foram construídas 21 casas escolares e nomeados os primeiros professores, escolhidos entre os moradores de cada localidade que sabiam ler escrever e fazer operações de matemática básica para ensinar da primeira à quarta série, e o município reivindicou

imóveis do Governo Federal. O prefeito obteve êxito em suas reivindicações, pois os imóveis foram repassados ao Município.

Boa parte da população se abastecia nas diversas fontes e pequenos riachos abundantes e ainda limpos. Quanto à energia elétrica, esta era fornecida apenas no período noturno por um gerador, cujo motor consumia óleo diesel.

De acordo com Camargo (1999), em relação à energia elétrica, no ano de 1951 começaram estudos, com a colaboração do departamento de águas e energia elétrica do Estado do Paraná, tendo como objetivo a construção da usina hidrelétrica no Rio Cavernoso, a 36 km da sede do Município. A usina hidrelétrica do Rio Cavernoso administrada pela Copel continua em funcionamento.

Desenvolvimento

O processo de desenvolvimento dos países colonizados por nações européias, por longo período legou a esses povos algumas características marcantes. A maioria absoluta desses povos herdou de seu colonizador o capitalismo, o absolutismo, num primeiro momento o cristianismo, sobretudo, o catolicismo, sofrendo conseqüências como imposição cultural, exploração negação de identidade, negação enquanto ser, contribuindo, dialeticamente, para o aprimoramento desses sistemas, servindo de base em todos os estágios, até os dias de hoje.

No Brasil, os reflexos do capitalismo se verificam na dinâmica social e ambiental, bem como na lógica da ocupação do espaço e de seu conseqüente desenvolvimento.

Grande parte da história de Laranjeiras do Sul permanece ainda hoje esquecida em arquivos, cartórios etc. Outra parte também significativa sequer possui registro escrito, muitos fatos encontram-se na memória de muitas pessoas que vivenciaram toda uma época em seu fazer histórico.

Sabemos que no início da colonização do Município inúmeros foram os acontecimentos. A autonomia política administrativa de nosso município tem pouco mais de seis décadas, a colonização mais de oitenta anos.

Saber sobre nossos antecedentes, sua história, sua cultura, é indispensável para construirmos a base de uma sociedade mais justa e igualitária; identificar essa miscigenação étnica que compõe nossa raça é nosso dever de educadores.

Reforma Urbana – Marco histórico – uma agenda política

A luta pela reforma urbana, no campo político e institucional brasileiro, já na década de 1950, fazia parte das discussões partidárias que lutavam pela reforma de base na sociedade, centrando-se nos problemas e na espoliação urbana.

Em 1964 foi que surgiram os elementos que culminaram com a criação do Banco Nacional de Habitação e Urbanismo (BNH), o qual tinha a finalidade de organizar o chamado espaço habitacional; em face do elevado déficit de moradias existentes em Laranjeiras do Sul, focaliza que o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) a questão urbana recebeu significativa importância; nessa época, segundo Silva (2006), foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), e se difundiram muitos planos. O período que vai dos anos 60 até o começo dos anos 80 passou a ser chamado por alguns estudiosos no assunto como “pré-histórico” do movimento da reforma urbana. Nesse período os problemas existentes no país sinalizavam para um debate público, com seu conteúdo crítico de busca de maior justiça social no espaço urbano.

É importante ressaltar que na década de 80 houve um processo de retomada do ativismo urbano, destacando-se aqui os movimentos sociais dos bairros, que vieram aliar-se à questão habitacional, lutando pela criação dos bairros nas redondezas do centro de Laranjeiras do Sul.

O processo de elaboração da constituição de 1988 desenvolveu-se, segundo Coelho (1993), num período de conquistas sociais e de surgimento de novos sujeitos populares na cena política, e foi um marco institucional que afirmava a participação da sociedade civil no planejamento e na gestão de seu interesse individual e coletivo. A sociedade passou a se articular por meio da elaboração de emendas populares, participando diretamente das decisões políticas dos Pais. Retomando a

preocupação com a reforma social e principalmente com a do projeto de reforma urbana que se deu com o envio de emendas à Assembléia Nacional Constituinte. Essa mobilização nacional aglutinou atores políticos muito importantes, os cidadãos brasileiros, que lutavam e sonhavam por moradia, saneamento, transporte, e outros direitos urbanos.

Desenvolvimento Coletivo

É sabido que para uma região prosperar é necessário investir em vários setores, como saúde, educação, trabalho etc., e que os recursos devem ser aplicados tanto na zona urbana como na rural, para que o crescimento ocorra de forma integrada e homogênea.

Grandes obras, além de gerar muitos empregos onde forem implantadas, também trazem o desenvolvimento coletivo, pois agregam novos projetos como asfaltamento, segurança e incrementos no mercado imobiliário, e soma desses fatores favorece a economia da região. Um exemplo disso são as recentes construções realizadas em Laranjeiras do Sul.

Território

O conceito de território pode significar o espaço físico em diversas escalas, desde o espaço geográfico de uma nação, de uma região, de um Estado, de uma microregião, e um município, de um bairro, de uma rua, de uma propriedade e de partes de uma moradia.

De acordo com Fernandes (s/d), o conceito de território pode significar também espaços sociais em suas diversas dimensões, culturas, políticas, econômicas, histórica, ou seja, as relações sociais em sua complexidade, especialidade e temporalidade, inclusive no plano das idéias, de construção de conhecimento, e suas diferentes leituras das realidades.

Esses territórios colidam, são destruídos e recriados, por meio de relações de poder, são paradigmas que superam outros paradigmas, são ocupações nas áreas periféricas, localizadas em bairros com áreas abertas. São governos recém eleitos, descontinuando projetos de governos anteriores. No interior do território de um município existem múltiplos territórios em escalas e dimensões diferenciadas. Portanto, a noção de território somente como espaço físico é insuficiente para se pensar o desenvolvimento territorial.

Ao ler esses escritos sobre o resgate da história de Laranjeiras do Sul, você conhecerá um pouco mais sobre nosso território, como ele surgiu, e todas as atividades desenvolvidas no decorrer dessas décadas, fruto de um trabalho árduo e de um sonho de todos os munícipes, que é melhorar a qualidade de vida de cada cidadão que compõe esse território.

Sabemos que ainda existem muitos desafios para vencer, somos uma região caracterizada com baixos índices de desenvolvimento humano, onde mais de 30% da população vivem na zona urbana rural e enfrentam uma série de desafios; mas é com garra e otimismo que nosso território chegará onde queremos.

II - HISTÓRICO DO RIO BONITO DO IGUAÇU

No princípio, nesta terra, tudo era sertão coberto de mata com predominância de pinheiro, com muitos animais selvagens, e habitado por índios, provavelmente da tribo Kaingangue, que viviam da coleta de produtos naturais, de caça e da pesca.

Camargo (1999) relata que os pioneiros, ao desbravarem estes sertões de Rio Bonito, foram liderados por José Nogueira do Amaral e seus descendentes, tomando posse desta terra denominada “Sesmaria dos Nogueiras”, posteriormente Fazenda Laranjeiras. Os Nogueiras abriram um picadão que cruzava os sertões de Rio Bonito, ligando o Rio Iguaçu à estrada antiga de Foz do Iguaçu.

De acordo Camargo (1999), Seu Nogueirinha (descendente de José Nogueira do Amaral), que residia na costa do Rio Iguaçu, vendeu sua parte de posse para Horácio Pio, aproximadamente entre 1900 a 1910; estes que foram considerados os primeiros moradores da região, praticavam a agricultura de subsistência; posteriormente, outras famílias vieram e aqui se instalaram da mesma forma.

Devido à dificuldade de transporte e à grande distância a percorrer pelo “Picadão”, os primeiros moradores foram abrindo atalhos para encurtar caminhos, desbravando então estes sertões.

O território Iguaçu foi extinto em 1946 e sua capital, a cidade de Iguaçu, por força da lei passou à categoria de município, em 30 de novembro de 1946, denominando-se Laranjeiras do Sul, da qual Rio Bonito do Iguaçu era apenas um povoado, com uma casa comercial do Senhor Horácio Pio de Mattos, que trazia mantimentos de Guarapuava em carroções, para atender o povoado.

Em 1945, o ensino das crianças era feito por professores particulares na escola conhecida como Casa Escolar de Rio Bonito; como aumento do povoado, por volta de 1948 foi solicitado para lecionar na escola o primeiro professor público, passando a denominar-se Escola Isolada de Rio Bonito.

Não havia igreja no lugar, cada família fazia suas rezas em casa. Só mais tarde os moradores edificaram a primeira capela em louvor a Santo Antonio, que se tornou santo padroeiro de Rio Bonito.

Em 1915, na administração do prefeito de Laranjeiras do Sul, Sr. Alcindo Natél de Camargo, a comunidade de Rio Bonito foi elevada à categoria de Distrito. Em 1958, o Distrito de Rio Bonito passa a ter representatividade política na Câmara de Vereadores de Laranjeiras do Sul, na pessoa do senhor Heitor Safrade.

Até o ano 1968, a região era explorada por safristas, os quais faziam as derrubadas da mata para plantar milho e colocavam suínos para a engorda, que eram comercializados em Ponta Grossa. A partir desse ano, começou o plantio extensivo e a comercialização de produtos agrícolas, que até então só eram usados para a subsistência.

De acordo com Camargo (1999), nesta época, a população de Rio Bonito já contava com migrações de várias famílias vindas principalmente do Sul do país em busca de terras mais produtivas, dando um grande avanço à agricultura; estas famílias eram na maioria de descendência européia (alemã, polonesa, e italiana), diversificando assim a composição étnica da população. Em 1974, iniciou-se a mecanização agrícola desta terra, multiplicando assim a produção agrícola.

Dentre os acidentes geográficos da região destaca-se o rio Iguaçu, com magníficas quedas d'água, das quais surgiu o interesse pela construção de uma usina hidrelétrica, a qual trouxe inúmeros benefícios à região e, paralelamente, alguns problemas com o alagamento de grandes extensões de terras férteis e cultiváveis.

Com Usina Hidrelétrica de Salto Santiago foi construída também a PR158, asfaltada, ligando Laranjeiras do Sul aos Municípios do Sudoeste do Paraná. Pelas dificuldades encontradas para transportar seus produtos, os produtores reuniram-se em busca de soluções, surgindo a idéia da criação de um centro comunitário onde fosse possível buscar soluções para os problemas da comunidade, o que se efetivou por volta do ano de 1968, com a criação do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Rio Bonito. (Apostila elaborada pela Secretária de Educação Rio Bonito do Iguaçu)

Com a criação do Conselho e a falta de poder de decisão nos problemas mais sérios que afligiam a região (como estradas, saúde educação), nasce o desejo da emancipação política e administrativa do então Distrito de Rio Bonito, encabeçada por alguns líderes.

As referidas lideranças fazem, em março de 1990, um manifesto aos líderes políticos estaduais do Paraná em prol da criação do Município de Rio Bonito, já contando com o apoio da câmara de vereadores de Laranjeiras do Sul, através de manifesto. Criado o Município em lei, esta foi questionada na justiça por força contrária, e logo depois de declarada inconstitucional.

Após inúmeras decepções, as lideranças do então Distrito retomam a luta e decidem pelo plebiscito, oficializando assim o desejo da população. Aos 19 de março de 1992, o Governador Roberto Requião assina a tão esperada lei (Lei nº. 907), reconhecendo o Distrito de Rio Bonito como um novo Município do Estado do Paraná, que passou a denominar-se Rio Bonito do Iguaçu, por ser banhado em grande parte de suas terras pelas águas do Rio Iguaçu.

Aos 03 de outubro de 1992, a população do novo Município elegeu seu primeiro Prefeito, Sr. Cezar Augusto Bovino, principal líder na luta pela emancipação, o Vice Prefeito Sr. Elimar Schmitt e os vereadores. Sendo, portanto oficialmente instalado o novo Município de Rio Bonito do Iguaçu, no dia 01 de Janeiro de 1993, e empossado o primeiro Prefeito e seu Vice, juntamente com os vereadores.

O clima da região é predominantemente subtropical, mesotérmico superúmido, sem estação seca bem definida com versões que variam de ameno a quente, com baixa ocorrência de geadas. (Apostila Secretária da Educação Rio Bonito do Iguaçu).

Aspectos Geográficos

A Área urbana do Município de Rio Bonito do Iguaçu é de 701,4 quilômetros quadrados. Limita-se ao norte com Nova Laranjeiras, ao nordeste com Laranjeiras do Sul, ao noroeste com Espigão Alto, e ao sul com Saudades do Iguaçu e Sulina, ao leste com Laranjeiras do Sul e Porto Barreiro ao oeste com Quedas do Iguaçu, sudoeste com Sulina e ao sudeste com Porto Barreiro. A população é de quatorze mil oitocentos habitantes, divididos em zona urbana e zona rural; na zona urbana tem dois mil quatrocentos setenta e sete habitantes, na área rural têm doze mil trezentos e quarenta e três habitantes.

Sede do Município

A sede do município de Rio Bonito do Iguaçu é considerada como um distrito administrativo, incluindo a área urbana e algumas comunidades rurais circunvizinhas. A sede do município, dentro do perímetro urbano, está dividida em quadras e lotes, as vias de acesso são as ruas e avenidas principais: Rua sete de Setembro, Avenida 15 de novembro, Avenida Tiradentes, Avenida Guarapuava, Avenida Euclides Ribeiro, Avenida Salvador Raimundo, Rua Horácio Gonçalves, Rua Olho D'água e outras que ainda estão sendo denominadas devidas abertura de novos loteamentos.

O perímetro urbano é servido pela rede de água tratada e distribuída pela Sanepar, e pela rede de energia elétrica fornecida pela Copel, que também atendem grande parte da área rural. O serviço de esgoto público é oferecido à população nos canais pluviais, nas ruas principais, sendo que a maioria das residências possui o destino para o esgoto em fossas assépticas. A coleta de lixo é efetuada pelo órgão público, sendo depositado em local provisório.

A população é composta por trabalhadores de diversos setores, de média e baixa renda e de um número significativo de desempregados e ou trabalhadores informais.

As construções e moradias vêm sendo melhoradas e ampliadas constantemente devido à grande demanda de novos moradores atraídos pelas probabilidades de progresso do município e pelo grande fluxo de pessoas provenientes dos assentamentos, consumidoras de produtos e serviços.

A sede do Município também dispõe dos serviços essenciais de utilidade pública, tais como: Correio, Agência do Banco do Brasil, Posto da Polícia Militar, Delegacia da Polícia Civil, Cartório Cível, Escritório do INCRA, Posto do Instituto de Identificação do Paraná, Serviço Militar e DETRAM, Centro de Informática e Associação Comercial.

A zona rural do Município de Rio Bonito do Iguaçu é composta por cinco distritos administrativos que são: a) Distrito Sede, Distrito Campo do Bugre, Distrito de Pinhalzinho, Distrito Linha Rosa, Distrito Ireno Alves dos Santos.

Usina Hidrelétrica

A Reserva Florestal de Rio Bonito do Iguaçu está situada na área rural dos Municípios, 20 km do centro da cidade, passando pela BR L58, onde há floresta de mata virgem nas margens do Rio Xagú e do Alagado. O meio de acesso é rodoviário, em ótimo estado de conservação, e também pode ser fluvial. É uma área de 4.300 hectares de floresta nativa, considerada Reserva Legal e de preservação permanente, onde podem ser encontrados diversos exemplares da fauna e flora da região. (Apostila característica do Município)

Durante o período de construção da usina Hidrelétrica de Salto Santiago foi montada, dentro dos limites desta mata, uma vila com toda infra-estrutura (asfalto, rodovia, hospital, etc.) para a equipe que participou da construção da usina. Após a conclusão da usina, estes trabalhadores saíram do local e suas casas, que eram pré-moldadas, foram transferidas para outra obra. Hoje, dos restos da antiga vila sobraram apenas as estreitas ruas asfaltadas e alguns entulhos de construção, e em quase toda área a vegetação já se recompôs. Esta área faz parte de 16.852 hec. de mata que estão em poder do Incra, para que sejam feitos assentamentos. Em consequência disso, a provável extinção da rica fauna e flora do local.

Rio Iguaçu

O Rio Iguaçu, desviado, desceu curso natural para a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago. O rio volta a seguir seu caminho a 25 km da sede do Município, logo após suas águas serem lançadas pela usina hidrelétrica e segue ao sul, limitando o Município. Seguindo este percurso, observa-se um contraste marcante entre suas margens, separadas por aproximadamente 100m de largura (em alguns trechos até 500 metros): ao lado direito encontra-se uma vegetação exuberante, ainda intocada e, ao lado esquerdo, longos campos de pastagens com alguns trechos de mata nativa. Num percurso que leva em torno de 01h30min horas de barco podem ser observadas

várias quedas d'água, dentre as quais se destacam três, situadas no Município de Rio Bonito do Iguaçu. A visitação turística é praticamente inexistente.

Usina Hidrelétrica de Salto Santiago

O conjunto de estruturas e construções permanentes do aproveitamento de Salto Santiago é composto de uma barragem principal com crista na cota 510m, que atravessa o leito do rio e que foi construída com auxílio de secadeiras e túneis de desvio em duas etapas distintas, um vertedouro na margem direita, três barragens, auxiliares (duas das quais são adjacentes à barragem principal) para o fechamento de selas topográficas na margem esquerda, um canal de adução e uma tomada d'água, seis condutos forçados e uma casa de força com edifício de controle e canal de fuga localizados em escavações profundas na margem esquerda, a cerca de 1 km distante das quedas, uma subestação de manobra com edifício de controle na margem oposta (direita) à casa de força.

A função primordial da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago é fornecer 729 MW médios de energia firme e 2.000MW de capacidade de ponta (quando ampliada) a custos extremamente vantajosos aos três Estados da região sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) e à região sudeste.

A data do início do enchimento do reservatório foi 29 de setembro de 1979 e do início de sua operação foi no dia 31 de dezembro de 1980. Os Municípios que fazem parte dos limites do reservatório são: Rio Bonito do Iguaçu, Condoí, Saudades do Iguaçu, Virmond, Chopinzinho, Foz do Jordão, e Manguinhos.

A barragem tem altura aproximada de 80m de comprimento de 1400m. A cota de coroamento é de 510m. A usina possui quatro unidades geradoras de energia. Para o enchimento do reservatório foi feito o desmatamento parcial em aproximadamente 150 ha, sendo afogada grande quantidade de árvores que ainda hoje formam os "paliteiros", principalmente junto às margens e às ilhas.

Baseado em estudos realizados (Apostila Característica do Município), o reservatório de Salto Santiago foi classificado como classe três moderadamente degradados, mesotróficos, com déficit de oxigênio dissolvido considerável, podendo

ocorrer uma camada anóxida próxima ao fundo “input” considerável de nutrientes e matéria orgânica grande variedade e diversidade de algas com algumas espécies predominantes, moderada tendências a eutrofização.

O lago tem um perímetro de aproximadamente 770 km, sendo os quatro municípios que contêm os trechos mais longos de margens: Chopinzinho (215 km), Condoí (165 km), Rio Bonito do Iguaçu (165 km) e Porto Barreiro (130 km); com relação à mata ciliar desses trechos, cabe destaque ao Município de Rio Bonito do Iguaçu, pois dos 165km de margem, 50 deles são constituídos de mata.

De um modo geral pode-se afirmar que a área de abrangência do reservatório apresenta condições ambientais, não tendo sido identificada nenhuma grande fonte poluidora na área de estudo bem como nenhum tipo de uso ou ocupação do solo dessa área que venha causar impactos irreversíveis ao lago.

Assentamentos

Em 1995, a empresa Giacomel Marondi, hoje Aurapel S/A, manifesta o desejo de lotear e vender parte de suas terras produtivas e de reservas florestal, o que gerou o interesse de ocupação das mesmas áreas pelos trabalhadores do MST. (Livro Terra de Sebastião Salgado)

Em abril de 1996, segundo Salgado (1996), aproximadamente dezessete mil pessoas, cerca de três mil famílias sem terra ocuparam a entrada da fazenda, onde permaneceram até o final de 1996 no local denominado “Buraco”, próximo ao portão de acesso principal à entrada da fazenda, vivendo em condições precárias, em barracos de lona plástica preta.

No início de 1997, ainda conforme Salgado (1996), ocuparam a sede da fazenda, formando, ali, o que ficou conhecida intencionalmente como “Cidade da lona preta”. Estas famílias permaneceram aguardando a negociação das terras entre os proprietários da fazenda e o governo federal através do INCRA. Em meadas de 1998, foi legalizado o primeiro assentamento da Reforma Agrária, numa área de

aproximadamente 15000 ha.: Assentamento Ireno Alves dos Santos, onde foram assentadas cerca de 900 famílias; cada família recebeu em média 12 há, construindo uma pequena comunidade.

As famílias excedentes aguardaram até o final de 1999 a legalização do 2º assentamento, denominado Marcos Freire. Ali foram assentados em torno de 700 famílias em aproximadamente 11000ha.

Hoje a maioria dessas famílias assentados já estão organizadas em pequenas comunidades e atendidas com muito mais qualidade, principalmente no setor da Educação e Infra-estrutura de estradas. A energia elétrica já chegou a todas as moradias do assentamento, aumentando a qualidade de vida dos pequenos agricultores rurais.

O Assentamento Ireno Alves dos Santos

O Assentamento Ireno Alves dos Santos localiza-se na região Centro-Oeste do Estado do Paraná, município de Rio Bonito do Iguaçu, às margens do lago da Usina Hidroelétrica de Salto Santiago, na microrregião de Guarapuava, no Centro-Oeste do Estado do Paraná, região sul do Brasil, e teve sua origem, segundo Salgado (1996), por ocasião de uma gigantesca ocupação de terra, que aconteceu no dia 17 de abril do ano de 1996, quando 3.140 famílias de sem terra ocuparam a Fazenda Giacomet Marodin, com 83 mil hectares de área improdutivo.

As famílias que integram o Assentamento Ireno Alves dos Santos vieram de várias regiões do país, mas são na sua maioria provenientes da região Sudoeste do Paraná, dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rondônia e Mato Grosso e também do Paraguai. Essas famílias viviam em zonas rurais e cidades, vendendo sua força de trabalho como diaristas, arrendatários, meeiros, ou ainda viviam na periferia de algumas cidades maiores, como Foz do Iguaçu, Guarapuava e Cascavel, sem trabalho fixo ou profissão definida e com qualidade de vida precária. Os que moravam no

Paraguai são brasileiros que lá estavam há alguns anos trabalhando em propriedades rurais e que viram no assentamento a oportunidade de retornar à sua pátria. (Folha de Londrina, 16 de julho 1997)

De acordo com Salgado (1996), além da diversidade de origem geográfica há também uma grande diversidade de origens étnicas entre as famílias, ocorrendo no assentamento descendentes de alemães, poloneses, italianos e índios. É unânime a informação de que migraram em busca do sonho de conseguir a propriedade de um “pedaço de terra” para produzir. Inicialmente acamparam a beira da BR-158, depois ocuparam uma área próxima ao Rio Xagú, sendo denominada pelos Sem Terra de “Buraco”. Aproximadamente 50% das famílias que vieram acampar desistiram, permanecendo aproximadamente 1500 famílias. Esta desistência foi ocasionada pelas dificuldades financeiras, fome, limitações, precariedade de higiene e exposição às doenças a que todos eram submetidos. Se as dificuldades eram muitas, a esperança também, mas em alguns casos as dificuldades foram mais fortes, fazendo com que muitos companheiros desistissem da luta.

Na primeira desapropriação foram assentadas 900 famílias, que compuseram o Assentamento Ireno Alves dos Santos; este ocorreu através do decreto de desapropriação em 16 de janeiro de 1997, com o Processo nº. 0994/96PR. No entanto, a posse foi dia 08 de maio de 1997, e, posteriormente, foi criado o Projeto de Assentamento Ireno Alves dos Santos, na data 30 de setembro de 1997, com a Portaria GM nº. 43/97, em que foi desapropriada parte de uma área total de 83.597,30 mil hectares de terras que pertenciam à empresa Giacomet Marodin Indústria de Madeiras S.A. O total da área desapropriada para o assentamento é de 16.852,16 hectares, sendo distribuída da seguinte forma de aproveitamento: a área de 11.586,03 hectares de terra útil de superfície agricultável, reserva legal coletiva; a área de 3.379,31 hectares, preservação permanente; a área de 1.576,39 hectares, rodovia e estradas vicinais; a área de 244,88 hectares, comunitária, a área de 65,55 hectares. No assentamento existem distribuídos aleatoriamente 41 grupos, com uma média de 23 famílias por grupo.

Rio Bonito do Iguaçu encerra uma área de aproximadamente 70.140 ha, sendo que quase 40% desta área são hoje ocupadas pelo Assentamento - o que já

denuncia o porte dos conflitos que precederam e sucederam sua instalação. A distância da sede do Município de Rio Bonito do Iguaçu ao ponto mais próximo do Assentamento Ireno Alves dos Santos é de aproximadamente 4 km e ao ponto mais distante de aproximadamente 30 km. O acesso se dá partindo da BR 158, que separa a área de reserva legal coletiva de cada assentado do resto do assentamento em direção à região sudoeste do Estado; desta partem estradas principais cascalhadas e vicinais sem cascalho em direção às comunidades dentro do assentamento.

A história, por quem a fez e conta

Em abril de 1996, acamparam quase 15 mil pessoas, em barracos de lona, num local próximo à entrada da fazenda, na BR-158, local denominado de “Buraco”, permanecendo lá por um período de oito meses. Durante este período, apenas duas minas de água abasteciam todo o acampamento, os banheiros eram coletivos e as condições materiais e financeiras para prover a vida eram escassas. Não havia assistência médica para aquela população e muitas crianças sofriam de desnutrição. Algumas cestas básicas eram distribuídas para os mais necessitados, mas não eram suficientes. (Equipe técnica Lumiar janeiro 1999)

O apoio da igreja católica foi dado através da criação de uma farmácia natural e do ensinamento da manipulação de ervas, da introdução de preparo especial para alimentação das crianças e da criação de mutirões de costura para confeccionar roupas, colchas e colchões a partir de retalhos doados. (Equipe técnica Lumiar janeiro 1999)

Os acampados organizaram-se em 90 grupos com uma média de trinta famílias por grupo. Em cada um deles havia um coordenador de grupo, uma coordenadora das mulheres, uma coordenação da juventude, uma coordenação de segurança, uma coordenação de saúde e uma coordenação de educação. Treze membros provenientes desses grupos formavam uma comissão executiva que discutia e traçava estratégias juntamente com a coordenação do MST. (Equipe técnica Lumiar janeiro 1999)

No início de 1997, a Comissão Executiva resolveu que era tempo de entrar na fazenda, e ocuparam a sua sede. Ainda moravam funcionários na propriedade e a eles foi oferecida a opção de integrarem-se ao movimento. Apenas duas famílias ficaram e permanecem até hoje.

Durante esse processo, dois “acampados” foram assassinados pelos guardas da fazenda e o povo preparou-se para reagir. No dia seguinte aos assassinatos, foi oficializada a desapropriação da área e os ânimos se aquietaram. Os acampados assassinados foram imortalizados quando passaram a ser nome de escolas, sendo elas Escola Rural Municipal Vanderlei das Neves e Escola Rural Estadual José Alves dos Santos, o mesmo acontecendo com o grande líder dessa luta, morto em acidente de carro e que empresta seu nome ao Assentamento. (Equipe técnica Lumiar, janeiro 1999)

Passaram ainda quase dois anos “debaixo de lonas”, acampados na sede da fazenda, enquanto estruturavam a si próprios e área ocupada, até que se dispersaram pelos lotes, enfim, pelo tão sonhado “pedaço de terra”.

Formação tem a ver com saber, e saber vem do latim, *sapere*, quer dizer degustar, saborear. Portanto, toda formação é um processo que penetra por todos os poros e sentidos do corpo, da alma e da inteligência.

Os movimentos sociais emergem da própria sociedade, como arma dos fracos para defender-se da opressão dos mais fortes. Lutam pela conquista de seus espaços orientados pelo farol da utopia. Dessa forma, surge a teoria da organização.

Conforme Caldart (2004), o MST é considerado como educador enquanto Movimento Social e Cultural. Sua presença, suas lutas, sua organização, seus gestos, suas linguagens e imagens são educativas, nos interrogam, chocam e sacodem valores, concepções, imaginários, culturas e estruturas. Constrói novos valores e conhecimentos, nova cultura política. Formam novos sujeitos coletivos.

Para Caldart (2004), o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - é um movimento onde se destaca a organização. Para que haja organicidade em todos os setores, são necessários vários processos de formação dos militantes, pois estes estarão trabalhando e dando continuidade ao projeto de maneira intensa, formando uma rede nacional, vinculados às mesmas ideologias, lutas e desafios da classe

trabalhadora, buscando a formação política e ideológica dos sujeitos. O MST une e inclui as famílias pobres, semi-analfabetas, os excluídos dentro de estrutura relativamente bem organizada, dinâmica, disciplinada e com grande capacidade de mobilização. Esta organização é coordenada pelos próprios Sem Terra, sendo que num acampamento tudo é dividido por setores: saúde, educação, disciplina, alimentação, estrutura e cada equipe ficam responsável pela organização e resolução dos problemas do setor a que faz parte.

O MST utiliza-se do marxismo como fundamento e propõe atividades de formação de sua militância; isso não significa exatamente realização de “cursos”. (Equipe técnica Lumiar janeiro 1999):

- formação básica: o objetivo é desafrontar e animar a militância diante de tantos anos de silêncio; resgate da identidade individual e coletiva dialoga entre diferentes que não são inferiores nem superiores, a construção da confiança, intercâmbio de experiências, as relações de gênero, princípios e valores da militância.
- formação de militantes – o objetivo é resgatar e reconstruir os conceitos históricos sistematizados (passado) como instrumento da análise para ler a realidade da exploração (presente) e projetar saídas (futuro) – entender os conceitos do depósito acumulado da prática social é condição para poder demonstrá-los e recriá-los. Alguns dos temas abordados: história da sociedade, a luta econômica e política, organicidade, estratégia e tática.
- o trabalho de base – compromete e acompanha a militância na realização do trabalho de base, representa a concretização e a sustentação de um movimento. Vai além da mobilização e da agitação. Trabalho de base é entendido como a ação política transformadora, realizada por militantes de uma organização popular que, conhecendo a realidade de um território, desperta, organiza e acompanha sua população na solução dos problemas do cotidiano, ligando essa luta a luta geral contra a opressão. O lugar da militância é lá onde acontece a luta de classes.
- os intelectuais orgânicos são pessoas oriundas de uma determinada classe social e que lutam em favor desta ou não. Nessa perspectiva, considera-se que Antonio Gramsci tenha contribuído muito, principalmente no que tange ao papel dos intelectuais no processo da formação de uma nova moral e cultura, na tentativa de consolidar uma

luta contra-hegemônica. Gramsci nos diz que: “Todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais.” (1977 p.1516) Apesar das atividades exercidas serem distintas, todos os homens possuem função social em favor da classe a que pertencem, todos possuem uma visão e maneira de agir e pensar sobre o mundo que contribui ou não para manter ou mudar determinada forma de pensar. Discute o papel dos intelectuais e da hegemonia possibilitando uma visão de mundo mais unitária, homogênea e orgânica. Destaca que todas as camadas sociais possuem seus intelectuais, uns sendo revolucionários, outros profissionais, inclusos nesta categoria apenas por participarem de determinada visão de mundo. Assumem seu papel na medida em que ocupa espaços sociais de decisão prática e teórica na formação de uma nova cultura, que podem ser entendidas também como uma contra-hegemonia, já que encaminha para lutas organizativas cujo horizonte final, é a mudança de sistema social. Para Gramsci (1997) intelectual não quer dizer uma formação acadêmica específica, mas uma de ação social, certo tipo de agente capaz de fazer a ligação entre superestrutura e infra-estrutura, independente de sua escolaridade específica, mas relacionada diretamente com o lugar que ocupa nas relações materiais/sociais de uma determinada produção social. Gramsci (1997) define duas formas quanto à formação das diversas categorias de intelectuais:

A Educação do Campo também se identifica pela valorização das educadoras e educadores. Sabemos que em muitos lugares eles e elas têm sido sujeitos importantes da resistência social da população do campo, especialmente nas escolas. E que tem estado à frente de muitas lutas pelo direito à educação e para impedir o fechamento de escolas nas comunidades camponesas (CALDART, 2004, p. 35).

A Educação do Campo têm construído um conceito mais alargado de educador. Para nós, é educador ou educadora aquela pessoa cujo trabalho principal é o de fazer e o de pensar na formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social; seja educando as crianças, jovens, adultos ou idosos. Nesta perspectiva, todos são de alguma forma educadores, mas isso não tira a especificidade desta tarefa; nem todos temos como trabalho principal o de educar as pessoas e o de conhecer a complexidade dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento do ser humano, em suas diferentes gerações.

De acordo com Caldart (2004), construir a Educação do Campo significa formar educadores e educadoras do campo para atuação em diferentes espaços educativos.

Território

O conceito de território Raffestin (1993) pode significar o espaço em diversas escalas, desde o espaço geográfico de uma nação, de um Estado, de um município. Pode significar também espaços sociais em suas diversas dimensões. Esses territórios colidem, são destruídos e recriados por meio de relação de poder, são paradigmas que superam outros paradigmas, são ocupações nas periferias em áreas de proteção de mananciais localizados em bairros com áreas abertas á especulação de imobiliária.

No interior do território de um Município existem múltiplos território em escalas e dimensões diferenciadas.

Esses territórios, conforme Raffestin (1993), em movimento, produzem múltipla territorialidade e territorialização, relação social, gerando conflitos, negociações, acordos, manifestações, superando e resolvendo problemas, criando desenvolvimento por meio da contradição manifestando sua conflitualidade. Portanto, a noção de território como espaço físico é insuficiente para se pensar o desenvolvimento territorial.

Desse modo, o conceito de território é importado para representar uma micro-região com seus elementos e relações que promovem o desenvolvimento sustentável, sem nem um giro de conflito:

Definimos desenvolvimento territorial Rural (DTR) como um processo de transformação produtiva em um espaço rural determinado, cujo fim é reduzir o problema rural. A transformação produtiva tem o propósito de articular competitiva e sustentavelmente a economia do território e mercado dinâmicos. O desenvolvimento institucional tem o propósito de estimular e facilitar a interação e a conciliação entre os atores locais entre si e entre eles, e os agentes externos relevantes e seus benefícios é de incrementar as oportunidades para que a população pobre participe do processo e de seus benefícios (SCHEJTMAN e BERDEGUE, 2003, p. 32-3)

Neste caso, a essência econômica e mercantil é ainda mais evidente. A maior parte dos projetos do Departamento Territorial Rural é ampla, de modo a contemplar o campo e a cidade, os diversos setores da economia e as dimensões políticas e culturais, com ênfase no meio ambiente. A questão é quem e quantos vão definir a “transformação produtiva”. Quem vai convencer o trabalhador de que a competitividade também significa desemprego. Quem vai convencer um camponês de que a mudança na base técnica resultante da transformação produtiva irá determinar uma escala de produção necessária para garantir a competitividade que sua condição de agricultura familiar não irá comportar quem vai determinar as relações com os agentes externos.

De fato, em um território com precarizado trabalho, intenso desemprego, o poder de decisão de como o território será desenvolvido está em alguns territórios, e não está em outros. Em um território comandado por empresas nacionais e transnacionais com alto índice de desemprego e forte concentração fundiária não será numa reunião “conciliadora” que os sem terra conseguiram convencer empresários e grandes proprietários a desenvolverem um projeto de reforma agrária.

Luta pela terra e desenvolvimento

A ocupação da terra não é o começo da luta pela terra, a ocupação começa com o trabalho pela terra, quando os sem terra do MST visitam as casas das famílias nas periferias das cidades (pequenas, médias e grandes), inclusive nas regiões metropolitanas para convidar pessoas interessadas em participar na luta pela terra e pela reforma agrária. Essas pessoas reúnem-se em diferentes lugares, salões, paroquiais, escolas, sede dos sindicatos. Neste espaço, discutem as possibilidades da luta pela terra e pela reforma agrária, as pessoas se apresentam, conhecem suas histórias, discutem suas trajetórias. Todo esse processo cria outra dimensão do espaço de socialização política que denominamos espaço interativo.

A ocupação da terra é uma afronta aos princípios da sociedade capitalista, todavia, as ocupações de terra continuam crescendo, tendo pela frente as ações da justiça, e as ações dos latifundiários. A constituição desta realidade econômica é

resultado de um conjunto de políticas que envolvem sujeitos, território, conflitualidade, ocupação de terra, mercado, Estado, instituição diversas. Entre os agricultores pesquisados, uma parte é assentada, que lutou pela terra para se socializar. E foi essa condição original que os colocou nos resultados dessa pesquisa.

Os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário disputam com suas interpretações da geografia agrária nacional. Nesse processo, desenvolve-se a conflitualidade na teoria e na realidade. O paradigma do capitalismo agrário trouxe importante contribuição para a compreensão da questão agrária ao destacar o peso da participação familiar na agricultura e romper com a visão determinista do assalariamento total. Todavia, a visão da dicotomia agricultura camponesa x agricultura familiar representa a criação de uma condição de integração subalterno-completa ou parcial, dependendo do estágio de desenvolvimento das relações sociais determinadas pela lógica do capital. O paradigma da questão agrária por sua vez, não tem conseguido teorizar a respeito do desenvolvimento da economia camponesa frente ao mercado como território capital. Mas tem sido extremamente eficaz em compreender os processos de criação, recriação e reinvenção do campesinato, demonstrando que há possibilidade de construir espaços políticos diversos para resistir ao processo de territorialização do capital e desterritorialização do campesinato. (Questão Agrária Desenvolvimento territorial Bernardo Mançano Fernandes)

Se por um lado o paradigma do capitalismo agrário não considerou a conflitualidade em seu corpo teórico, como processo eficiente e promotor, por outro, o paradigma da questão agrária não tem considerado a importância das formas de relação com o mercado. Um paradigma ignora a conflitualidade gerada a partir das relações mercantis, o outro ignora as relações mercantis produtoras de conflitualidade. Neste sentido, parece-nos que a noção de empate, construída pelos seringueiros, projeta um espaço-diálogo, onde pode ser discutido o desenvolvimento territorial rural com base na sustentabilidade. Essa condição garante abertas as perspectivas de construção de idéias, experiências para transformar o mundo, para lutar contra a exploração, a subalternidade e a expropriação gerida pelo capitalismo. Evidente que todo esse processo acontecerá por meio de conflitos e desenvolvimento. (Questão Agrária Desenvolvimento territorial Bernardo Mançano Fernandes)

Agroecologia dos Agroecossistemas tradicionais

Muitos agroecossistemas tradicionais encontram-se, conforme Harlam (1976), em centros de diversidade genética, contendo, portanto, populações de plantas cultivadas locais, variadas e adaptadas bem como de parentes selvagens e silvestres destas diferentes culturas. Os agricultores tradicionais preservam a biodiversidade não somente áreas cultivadas, mas também naquelas sem cultivos. Muitos camponeses mantêm áreas cobertas por florestas, lagos, pastagem, arroios e pântanos. Embora os agroecossistemas tradicionais variem com as circunstâncias geográficas e históricas, muitas características estruturais e funcionais são compartilhadas pelos diferentes sistemas.

Um grande número de espécies, tais como solo, água, temperatura, atitude declividade ou fertilidade, seja um único campo de cultivo, utilizam baixos níveis de insumos tecnológicos, mobilizando recursos locais, baseados na energia humana e animal. Fazem uso de variedades locais e espécies silvestres de plantas e animais. Produzem para o consumo local.

Conforme Altieri (1987), para os agroecologistas quatro aspectos desses sistemas tradicionais de conhecimentos são relevantes: o conhecimento sobre o meio ambiente; o conhecimento indígena sobre o meio ambiente físico é com frequência detalhado, muitos agricultores desenvolveram calendário tradicional para controlar a programação das atividades agrícolas. Podem semear de acordo com a fase da lua, acreditando que há fases lunares de precipitação. Muitos também enfrentam a sazonalidade climática utilizando indicadores de limas baseados na fenologia (ou seja, início da floração) da vegetação local, tipo de solo, graus de fertilidade e categorias de uso da terra são também discriminados pelos agricultores; taxonomias biológicas populares, foram registrados muitos sistemas complexos utilizados pelos indígenas para agrupar plantas e animais. Pesquisadores descobriram que em geral há uma forte correlação entre as taxonomias popular e científicas.

Em Brokeushaw et. al (1988), a classificação de animais, especialmente insetos e pássaros, está difundida entre os agricultores e os grupos indígenas. Os

insetos e artrópodes tem um papel relevante como pragas causas de doenças, alimento e medicamento, sendo importantes na mitologia e no folclore. Em muitas regiões, as pragas na agricultura são toleradas, pois também constituem produtos agrícolas, isto é, os agricultores tradicionais podem consumir plantas e animais que em outras situações seriam considerados pragas.

A natureza experimental do conhecimento tradicional

A vantagem do conhecimento popular rural é que ele é, conforme Chamberts (1983), baseado não apenas em observações precisas, mas também em conhecimento experimental. Essa abordagem experimental é bastante evidente na seleção de novidades de sementes para ambiente específico, mas também está implícita na testagem de novos métodos de cultivo, visando à superação de limites biológicos ou sócio-econômicos particulares. Para Gliessman et. al (1981), a maioria dos pequenos agricultores emprega práticas destinadas a otimizar a produtividade a longo prazo em vez de maximizá-las a curto prazo.

Conforme Wilkem (1987), os insumos são, no geral, originários de áreas adjacentes ao trabalho agrícola e desempenhado por homens e animais. Ao trabalhar com esses limites espaciais e energéticos, os pequenos agricultores aprenderam a reconhecer e utilizar os recursos disponíveis no local. Diversidade e continuidade espacial e temporal, cultivos mistos garantem constantes produção de alimentos e cobertura vegetal para proteção do solo, assegurando uma oferta regular e variada e, em consequência, uma dieta de alimentos nutritivos e diversificados.

A combinação das plantas com diferentes hábitos de crescimento, copados e estruturas de raízes, possibilita o uso dos recursos ambientais como nutrientes, água e radiação solar. Os pequenos agricultores asseguram a fertilidade do solo mantendo fechados os ciclos de nutriente energia, água e resíduos. Assim, muitos enriquecem o solo coletando nutrientes como esterco e lodo externamente às suas unidades de produção agrícola, adotando sistemas de rotação ou incluindo leguminosas em seus padrões de consorciamento ou intercalamento de cultivos.

A conservação da água onde a agricultura é dependente da água da chuva a pluviosidade é o principal determinante do tipo de rotação utilizado pelo agricultor. Um fator chave das tecnologias alternativas deve ser que estas mantenham uma produtividade não declinante ao longo do tempo, sob uma ampla gama de condições ambientais e que evite degradar ecossistemas frágeis e marginais. O desafio do desenvolvimento das pequenas propriedades é que a produção agrícola exige alterações no ecossistema e utilização dos recursos, enquanto que a proteção ambiental requer níveis aceitáveis de conservação desses recursos. Esse equilíbrio deve ser alcançado em um contexto de superação da pobreza rural. Assim, o monitoramento da produtividade, da integridade ecológica e da igualdade social deve ir além da quantificação da produção de alimentos e do controle da qualidade do solo ou da água. Deve incluir, além disso, os níveis de segurança alimentar, fortalecimento social, potencial, econômico e independência ou autonomia dos camponeses.

O desenvolvimento de agroecossistemas auto-suficientes diversificados e viáveis economicamente surgirá de novos sistemas integrados de agricultura com tecnologia ao alcance dos agricultores e adaptados ao meio ambiente. Na propriedade, em nível regional e nacional e agricultura sustentável, implica necessidade de um monitoramento cuidadoso dos nutrientes, água, e ciclo de energia, para se obter equilíbrio com altos níveis de produção; os princípios de manejo incluem a captação da água e nutrientes das bacias hidrográficas; reciclagem dos nutrientes na propriedade, manejo no fluxo de nutrientes para os consumidores, e de volta às propriedades, uso ponderado de recursos hídricos, aumento da biodiversidade e uso das fontes renováveis de energia.

A conservação de energia e de recursos à qualidade do ambiente, a saúde pública e o desenvolvimento sócio-econômico juntos devem ser levados em conta no processo de decisão sobre as espécies a serem plantadas, rotação, espaço, entre linhas, fertilização controle de pragas e colheitas.

Muitos agricultores não adotarão os sistemas alternativos se não houver uma boa perspectiva financeira, através do aumento da produção ou da redução dos custos da produção. É crucial que os cientistas envolvidos na busca por tecnologias agrícolas sustentáveis se preocupem com quem finalmente se beneficiará com elas.

Isso exige que eles reconheçam a importância do fator político quanto às questões científicas básicas colocadas em discussão, e não somente quando a tecnologia é distribuída à sociedade. Assim, o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido são questões chave que precisam ser levantadas, caso se queira fazer surgir uma agricultura justa.

É crucial assegurar o desenvolvimento sustentável, o controle e acesso a recursos só pode ser garantidos por reformas políticas ou iniciativa comunitária bem organizada; interessados em promover a agricultura sustentável terão de se envolver na busca de contextos políticos que promovam a sustentabilidade. A promoção da agricultura sustentável exige mudanças na agenda e na pesquisa; bem como políticos agrários e sistemas econômicos abrangendo mercado aberto ao preço e ainda incentivos governamentais.

Esse curso de Especialização de Educação do Campo deixou bem claro que a educação deve ser voltada ao povo, o que não se aprende somente nos bancos escolares, mas sim em todos os momentos da vida. Parte-se da idéia de uma educação dialógica para a construção de uma sociedade igualitária na construção de conhecimentos. Para isso, fazem-se necessárias medidas que venham oportunizar a população assumir coletivamente a responsabilidade da educação.

Pensando nisso, a Escola Municipal Chico Mendes, da Comunidade de Arapongas, assentamento Ireno Alves dos Santos, da qual faço parte como educadora, organizou a 1ª Feira Agroecologia. A Agroecologia significa um repensar das nossas ações. Propõe uma reflexão sobre a vida e o que esperamos dela. Conclama o respeito ao ser humano, a vida e uma atitude diante dos fatos e dos sentimentos.

Esta feira teve como objetivo refletir e repensar as práticas da agricultura camponesa, também mostrar que existem dentro do assentamento muitas iniciativas e atividades desenvolvidas pelos pequenos agricultores da região, voltadas à agricultura familiar, à produção orgânica, à diversificação da propriedade, ao cultivo das sementes, à construção de uma cultura contra-hegemônica e, principalmente, o respeito à vida. Tendo em vista que esta é uma escola do campo e há algum tempo vem desenvolvendo seu trabalho sob a perspectiva da Educação do Campo, com iniciativas como: Agrofloresta, Horta Comunitária, valorização dos sujeitos, entre outros, procurou-

se realizar algo mais amplo, que ultrapassasse os muros da escola, envolvesse toda a comunidade escolar, outras escolas e demais segmentos. Nesta ocasião, foram desenvolvidas as seguintes atividades: abertura com mística e apresentação do coral; fabricação de caldas caseiras (EMATER); exposição de produtos da Agricultura Familiar (Agricultores da região); artesanato (EJA – Educação de Jovens e Adultos e Projeto PAC de Saudades do Iguaçu); proteção de beira d'água e distribuição de mudas (Secretaria de Agricultura e Viveiro Municipal); ervas Medicinais (Escola Rural Municipal Chico Mendes); prevenção de doenças (Secretaria Municipal de Saúde); Bacia Leiteira: Produção e derivados do leite (COLERBI); mandala e horta caseira (Casa Familiar Rural); troca–Troca de sementes e variedade (Comunidade); exposição e apresentação de trabalhos desenvolvidos em sala de aula; apresentação de talentos locais (Jovens da Comunidade). Conscientes de que a escola é um dos agentes que contribuem para a formação e construção de uma nova cultura e da responsabilidade social que temos em garantir um ambiente que permita qualidade de vida, ressaltamos, aqui, o compromisso desta instituição com o respeito ao ser humano e à vida.

III - CONTEXTOS DE CAMPO DO BUGRE UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

Campo do Bugre assim chama-se devido ser só campo quando os primeiros habitantes chegaram, e eram bugres, indígenas que aqui viveram por muitos anos, sendo somente eles os donos dessas terras que eram em grande quantidade. Os indígenas que aqui moravam eram, conforme Camargo (1999), bravos. Trepavam nas copas dos pinheiros e viviam como selvagens, se alimentavam de vegetais, raízes, caças e frutas silvestres; eles faziam tigelas de barro branco, que usavam de pratos para fazer sua alimentação, cozinhavam em um fogo no chão e assavam suas caças, o fogo era aceso com pedras.

Com o passar dos anos, mais ou menos anos 50, começaram a vir os primeiros moradores, devido a terra ser muito fértil; além disso, não se precisava comprá-la, existia a lei do piquete no tempo do Lupion: se faziam cercas para dividir o terreno com uma devida marcação e o dono podia plantar e viver tranquilo. Os moradores que aqui residiam faziam seus passeios a pé, ou a cavalo, visitando seus vizinhos e parentes; escutar rádio para eles era a única diversão.

Os primeiros moradores que chegaram viviam junto com os indígenas, cada um em sua morada: as famílias que vieram morar aqui em Campo do Bugre eram: Família Nogueira, Família Sirilo, Família Paulista. E aí houve a necessidade de existirem as casas comerciais, igrejas, escolas, e assim foram se formando os primeiros comerciantes: o primeiro comerciante vendia em sua casa os principais alimentos que não davam na terra, como açúcar, sal, café, além de fardos de tecidos; trazia de cargueiro em cima do lombo dos animais, da vizinha cidade de Guarapuava.

Mais tarde, no ano de 1959, o senhor Alcides Cristo abriu uma casa comercial, um armazém (Dossiê Secretária de Educação Rio Bonito do Iguaçu), no qual ficou mais fácil a compra do se necessitava. Com o aumento de habitantes e havendo crianças que necessitavam de estudar, os senhores pais que podiam pagavam um professor particular para seus filhos; este senhor chamava-se Augusto Amaral e lecionava em sua residência particular, mas era muito difícil freqüentar a aula, pois as

crianças trabalhavam durante o dia na roça, com seus pais, e a noite aprendiam as primeiras letras, com um lampião a querosene; poucos conseguiam aprender.

Mais tarde foi aumentando a população, vindo mais moradores com intenção na posse da terra pela quantidade de pinheiros que existiam nas terras; esses moradores montaram uma serra provisória e começaram a derrubar os pinheiros, fazendo suas próprias casas, e também exportando as toras para Guarapuava. Mais tarde, surgiu a cerraria do Rio do Leão.

No ano de 1960 houve a construção da primeira escola, para onde finalmente os pais podiam mandar seus filhos sem pagar, pois o professor Joaquim Nasário Ribeiro foi nomeado para dar aula; passaram-se uns anos e veio morar ali a 2ª professora, que se chamava Lina Berger, e quando ela parou de dar aula veio a senhora Molinari.

Com o passar dos anos, a população foi aumentando e houve a necessidade de construir a primeira igreja, chamada igreja São Sebastião, e também se necessitava de autoridades no local, por isso foi nomeado Delegado Regional, o senhor Maximiano Nogueira, que residia neste local.

Mais tarde houve a construção da segunda escola, devido à demanda de crianças ser maior, havendo assim a necessidade da construção de uma escola maior. O senhor Amandio Babinski, prefeito municipal, resolveu construir uma escola maior para receber essas crianças, e vieram trabalhar como professora a senhora Isabel Maria e Joana Castilho e Zeni Antoniazzi.

No ano de 1977 foi construída a quarta escola, um pouco maior, para atender à demanda da comunidade; essa escola permaneceu até Rio Bonito do Iguaçu se municipalizar, quando Campo do Bugre deixou de pertencer ao município de Laranjeiras do Sul, passando então a ser distrito de Rio Bonito do Iguaçu; foi ampliada a escola para atender a demanda de alunos que ali vieram para estudar, pois foi nuclearizada a escola que havia por perto do Distrito de Campo do Bugre. Hoje a escola Tatiane Bergeier, de Campo do Bugre, atende aproximadamente 350 alunos de pré-escolar a 8ª série, alunos que vêm de seis comunidades. No prédio da escola municipal funciona a Escola Estadual Joaquim Nazário Ribeiro. Esta comunidade é uma comunidade de famílias pobres, a maioria de bóias-frias ou assalariados, que vivem

sem expectativas de melhoria de qualidade de vida e os que vivem na vila da comunidade. Os que vêm das comunidades vizinhas são pequenos agricultores que estão lutando para a sobrevivência em suas terras, como todo agricultor, enfrentando os problemas que existem na agricultura, mas firmes, pois é seu meio de vida, e a esperança sempre existe de que a situação mude para melhor.

Questões Norteadoras

A migração, a presença de indígenas, de negros e de caboclos foram algumas causas que levaram ao início da colonização até os dias de hoje na comunidade de Campo do Bugre. Como isto ocorreu? Que registros estão disponíveis à população?

A terra passou meio século por diferentes ocupações sócio-econômicas, como desmatamento, degradação do solo, destruição da floresta da araucária e empobrecimento local, tornando-se um conjunto de acontecimentos e fatos ocorridos na comunidade de Campo do Bugre. Que conseqüências são vivenciadas no desenvolvimento desse distrito?

Em primeiro lugar, foi preciso organizar as perguntas para entrevistar moradores antigos da comunidade para reconhecermos como era formada em cada década. Depois, buscar uma aproximação com as pessoas da área selecionadas para o estudo, comentar com elas a apresentação da proposta de estudo esclarecendo sobre o que pretendíamos investigar e que necessitávamos dessa cooperação, participante, pois os informes contidos na fala dos atores não significavam uma conversa despretensiosa e neutra, mas sim para enriquecer o trabalho a ser realizado e um olhar cuidadoso sobre a própria vivência dos que ali habitavam. Finalmente, transcrever, analisar as entrevistas e montar a história.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois o pesquisador é parte fundamental e não é um mero relator passivo; todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas que intervêm nos problemas identificados:

Uma pesquisa é sempre de alguma forma um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente de original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma aproximação do conhecimento que são aí sem bastante pessoais (DUARTE, 2002)

Realizamos entrevistas gravadas com perguntas orientadoras no sentido de buscar respostas ao objetivo geral do projeto. Entrevistamos cinco pioneiros da comunidade de Campo do Bugre para o resgate das informações necessárias ao estudo de caso.

Essas variações descritas serviram para fins de análise para possíveis descrições, analisar as escrituras de terras como recurso de registro de como foi feito o uso social das terras; estudar sobre os indígenas e jesuítas que vieram no município para conhecer sobre a sua vivência e escrever esta história, bem como analisar os documentos escritos da comunidade, fazendo um paralelo de como era nos anos passados e como foi modificada com o passar dos anos, quais foram os pontos positivos e negativos nessa transformação; realizar um levantamento bibliográfico, pesquisar nas bibliotecas públicas e das universidades da região, documentos, bibliografias que relatam sobre a origem e ocupação do distrito.

Esta pesquisa qualitativa, conforme Duarte (2002), é sempre de alguma forma um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares, muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são aí, sim, bastante pessoais.

A investigação qualitativa é descritiva, as abordagens quantitativa e qualitativa não são excludentes entre si. A abordagem quantitativa atua nos níveis de realidade nos quais os dados trazem indicadores e tendências observáveis, já a abordagem qualitativa realça os valores, as crenças, as representações, as opiniões, atitudes e usualmente é empregada para que o pesquisador compreenda os fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna do fenômeno pesquisado.

Objetivo da pesquisa é levantar a origem, o uso social das terras e descrever como eram esse local nas referidas décadas, o que melhorou e o que piorou,

através da história contada pelos habitantes de Campo do Bugre. Entrevistamos cinco pessoas, sendo um morador por década, com objetivo de identificar como era a comunidade nos anos 50 e como está hoje.

Para tal, apresentaremos o depoimento das pessoas entrevistadas. Foram: a Senhora A, da comunidade de Campo do Bugre, que reside há 69 anos nessa comunidade. A Senhora B, da comunidade de Campo do Bugre, que reside nessa comunidade há 50 anos. A Senhora C, que reside nessa comunidade há 40 anos. A senhora D, que reside há 30 anos. O Senhor E, que reside há 12 anos.

Senhora A, descrevendo como era o local:

"Lembro-me pouco, pois ainda era pequena, mais minha mãe contava que era só matagal, com muitos pinheiros, o qual nós juntávamos pinhão de balaio, para cozinhar, e assar no brazido do fogo que fazíamos para que o tigre não derrubasse a porta do nosso paiol, por que ele urrava bem pertinho da nossa casinha, e nessa época tinha bem poucas casas, e tinha muito bicho que andavam pelo matagal, existia muito tigre, leão, que chegavam bem perto da porta da nossa casa, e nós dentro não podia chorar, pois tinha que ficar bem quieta senão ele entrava dentro para nós pegar." (Sra. A)

Como era realizado o lazer das famílias?

"Só saíamos com o pai ou a mãe na venda que tinha, para fazer compras, não existia lugar nenhum para a gente ir era só sertão e os moradores que tinham era muito longe" (Sra. A)

Onde estudava e como era a escola?

"Estudava na casa do Professor Joaquim Názario, ele ensinava as primeiras letras, mas mulher nessa época não precisava ir para a escola, eram só os meninos, pois era longe e tinha que andar a cavalo, enfrentando os bichos do mato. Estudei somente uns dias, não aprendi nada por isso eu hoje venho para a escola, estudo no (E J A) educação de jovens e adultos, já sei ler e escrever, e hoje eu vejo o que isso significa para mim, pois sento em minha área e leio a bíblia sagrada, coisas que antes eu não sabia fazer, estão sou mais felizes hoje" (Sra A).

Década de 70

Senhora B, Rua João Wons S/Nº Campo do Bugre.

Descreva como era esse local na década de 70.

"Esse local era um sertão" com poucas residências, existia uma casa de comércio, e mais ou menos umas 10 casas residenciais, o restante do terreno era mata virgem, principalmente pinheiro nativo, tinha uma igreja pequena onde funcionava uma sala de aula, com uma professora para todas as crianças que moravam na comunidade. Nessa sala de aula não tinha luz elétrica, era usado lampião a querosene, era muito difícil, pois

só clareava perto, e os alunos não podiam ficar todos perto, ficando escuro para aprendermos as letras. "(Sra.B).

O que melhorou, ou piorou nesse local?

"Piorou o que diz respeito" ao desmatamento, antes nosso clima era bom, hoje o clima ninguém entende mais, não existe inverno no tempo certo, está tudo mudado, secou as fontes de água que existia eram águas que vertiam formando rios em qualquer lugar no terreno de meus pais, e hoje não existe mais esta cada vez mais escassa achar água em qualquer terreno.

O que melhorou foi o aumento de moradores na comunidade, hoje está mais fácil fazer compras, existem mercados na comunidade, foi construídas escolas, igrejas, temos atendimento à saúde, transporte para as crianças virem para escola, luz elétrica, a vida ficou mais fácil para viver, do que era nos anos 70". (Sra.B)

Como você vê esse local hoje?

"Para mim que sou funcionária pública, está dando para viver, mas necessitamos de campo de trabalho para essa população, existe muita carência em nossa comunidade devida não ter emprego. Os pais têm que sair em busca de trabalho deixando os filhos com as mães, ou com as avós, e isso é prejudicial às crianças, pois as crianças devem viver juntos com seus pais, e hoje o que vemos é famílias sem o chefe, o qual isso vem aparecer o resultado na escola, quando dizemos que as famílias estão desestruturadas." (Sra. B)

Década de 80

Senhora (C), Rua João Wons, s/ nº..

Descreva com era esse local na década de 80.

"Existia uma vila um pouco" menor que hoje, a maioria das pessoas que aqui moravam, mora até hoje, umas famílias foram embora, venderam suas terras, depois da exploração da madeira de lei que aqui existia, e foram em busca de trabalho em outros municípios. Campo do Bugre, era uma comunidade que moravam aqui somente gente das mesmas famílias, eram donos de todo o espaço de terra que pertencia à comunidade, as famílias Nogueira, Cristo e Oliveira, e hoje já existe diversas famílias que aqui vieram residir, devido às terras serem baratas e muito produtivas." (Sra. C)

O que melhorou, ou piorou nesse local?

"Melhorou o aumento da população", a comunidade cresceu bastante, mudou muito de uns anos para cá, depois que municipalizou o Rio Bonito do Iguaçu, nossa comunidade teve mais atendimento, pois antes era uma comunidade que não era lembrada no mapa de Laranjeiras do Sul.

Piorou um pouco, devido o desmatamento, hoje é uma comunidade com poucas árvores, sem aquelas vertentes que existia, temos água da Sanepar e falta muita água em nossa comunidade, as ruas são empoeiradas, quase não vemos mais campo verde como existia antes. "(Sra. C)

Como você vê esse local hoje?

"Dá para viver aqui, mais está cada vez mais difícil, pois não tem um meio de ganhar dinheiro, os jovens se formam e vão embora procurar trabalho em outros lugares, e deixam-nos mães com o coração apertado de saudade e preocupação. Nossas terras até hoje não são legalizadas, existe somente contrato com os donos, não temos muita saída para crescer, organizar uma alternativa de trabalho, mais é calma, todos se conhecem, são parentes ou conhecidos, um pode contar com o outro para levar a vida." (Sra. C)

Década de 90

Senhora (D), Rua João Wons, s/n°.

Descreva esse local na década de 90.

"A comunidade era nesse tempo o que é hoje, uma comunidade pequena com poucos moradores, a maioria são parentes, vivem de salário mínimo, ou ganham para viver, trabalhando como bóias frias, a maioria das crianças ganham bolsa escola.

Não temos alternativa de trabalho, me criei nessa comunidade, e hoje estou criando meus filhos, por falta de oportunidade de sair em busca de melhor meios de sobrevivências, mas procuro pelo menos dar estudo para meus filhos, tentar viver melhor do que eu vivo com eles hoje." (Sra. D)

O que melhorou ou piorou nessa comunidade?

"Melhorou muito depois que passou a pertencer ao Município de Rio Bonito do Iguaçu, pois hoje temos escola ótima, professores capacitados, transporte escola, tratamento médico razoável, estão olhando para nossa comunidade com outros olhos.

Piorou o nosso clima, ninguém entende mais, e o culpado disso somos nós mesmos, ou nossos antepassados, devido terminar com as matas pela ganância de ganhar dinheiro, terminar com os vertedouros, os belos rios que aqui existiam, mais isso estamos só vendo agora o que foi causado, e o que venha a causar ainda mais tarde, precisamos nós unir e reflorestar, voltar ao que era pelo menos um pouco, para nossa saúde ser um pouco melhor." (Sra.D)

Como você vê esse local hoje?

"Vejo como um lugar calmo tranquilo, onde podemos criar nossos filhos sem muito cuidado, pois trabalho o dia todo e deixo meus filhos em casa sem cuidado, pois nossa comunidade é pequena e todos se conhecem, os que não são parentes são amigos uns olhando pelos outros.

Só que pensando em um futuro, está longe de ser boa para termos emprego para nossos jovens, uma indústria onde as pessoas possam ganhar se salário digno para sua sobrevivência." (Sra. D)

Década de 2000

Senhor (E)

Baseando-se no que era, será que se perdeu muita coisa?

"Acho que não, pois antes as coisas eram mais difíceis de conseguir, mas com a emancipação do município de Rio Bonito do Iguaçu, tudo se tornou mais fácil. As pessoas tiveram acesso mais rápido na saúde, na educação, em todos os setores, pois antes éramos moradores de um distrito meio isolado." (Sr. E)

Como você vê um futuro melhor para essa comunidade?

"Eu vejo que o futuro de nossa comunidade depende muito de nós. As pessoas de nossa comunidade precisam ter mais iniciativas e atitude, pois não podemos esperar somente pelos políticos, devemos buscar através da educação melhorias, e só assim as oportunidades para os jovens de nossa comunidade surgirão." (Sr. E)

Sendo assim, procuramos com essa pesquisa saber como viviam os moradores dessa comunidade nos anos passados e fazer um paralelo de como vivem hoje, que conseqüências são vivenciadas no desenvolvimento desse Distrito.

As terras eram com muitas árvores nativas, com grandes vertedouros, minas d'água, com muitos animais que viviam por essas terras; eram poucos os donos das terras, ficavam mais em família, pois pertencia uma grande quantidade de terra para um só dono; hoje os descendentes dos donos dessa comunidade não possuem mais nada devido aos atravessadores, comerciantes que aqui chegaram e compraram tudo, deixando os proprietários herdeiros sem as devidas terras e tudo desmatado, sem a preciosidade da natureza que aqui existia e que hoje estamos sentindo, pois não temos mais clima certo, o calor está demais, não possuímos mais as vertentes d'água, o desmatamento foi total; enfim, foi possível descobrir através da pesquisa que essas pessoas têm em comum a luta pela sobrevivência, marcada pela luta em busca de oportunidades de trabalho, o valor fundamental do estudo para seus filhos; embora vivam em uma comunidade pequena, sem perspectiva de muito desenvolvimento, mas acham que está melhor do que era nas décadas passadas.

Principalmente no que diz respeito ao atendimento na área da educação, saúde, melhoria das estradas, infra-estrutura, dá para dizer que hoje são cidadãos que são vistos e lembrados como integrantes da comunidade; várias foram as lições aprendidas no decorrer desses anos, pois é um relato de uma longa viagem empreendida por sujeitos cujo olhar vasculha lugares já visitados, mas de um modo diferente de olhar e pensar nessa realidade que hoje vivem, aumentando assim o conhecimento das gerações mais novas que residem nela e o conhecimento de todas as pessoas envolvidas na comunidade.

Desmatamento

Desmatamento é a destruição em grande escala das matas, se refere à provocada pela ação humana para explorar a madeira ou destinar a superfície florestal a fins como cultivos agrícolas, pecuárias, plantações de árvores explorações minerais ou urbanização de regiões entre outras.

O desmatamento mundial avança a um rítmico de 170. 000km² ao ano; o Brasil conserva 61,6% de suas florestas originais, com situações muito diferentes: a mata de araucária da região sul foi quase totalmente destruída, e o que resta dela é produto de reflorestamento; da mata atlântica, só 8% da superfície original sobrevive, basicamente na região da serra do mar.

O desmatamento pode ocasionar erosão do solo e desestabilização dos lençóis freáticos, produzindo inundação ou seca. Também reduz a biodiversidade (diversidade de habitat, espécies, e tipos genéticos), sendo bastante significativo nas matas tropicais, que albergam boa parte da biodiversidade do mundo. Pode contribuir para desequilíbrios climáticos regionais e globais. Além disso, as matas desempenham um papel chave na absorção do carbono, e se há desmatamento o excesso de dióxido de carbono na atmosfera pode levar a um aquecimento global, com vários efeitos secundários problemáticos.

No caso brasileiro, uma circunstância agravante é que o desmatamento é realizado, na maioria dos casos, por meio de queimadas. Este método expõe totalmente a fragilidade do solo, deixando a mercê dos processos erosivos que podem levar à desertificação.

O desmatamento contribui para o esgotamento das fontes de água natural, prejudicando o abastecimento, deixa o solo sem proteção das raízes das árvores impedindo a erosão. Quando o homem polui o solo, quando joga sobre ele qualquer coisa nestas áreas desmatadas, o material jogado não entra em decomposição, os de compositores são destruídos, o solo contaminado torna-se uma via transmissora e propagadora de doenças, assim como acontece a perda da fertilidade do solo.

A situação atual é crítica, percebe-se uma mudança na geografia da devastação, que continua acelerada. Durante os primeiros 350 anos de história do Brasil, o extrativismo foi ininterrupto e intenso. Nos últimos 150 anos não sobrou muito que cortar. Ambientalistas alertam para o pouco que sobrou da floresta que só chega a aproximadamente 86 quilômetros quadrados, já beira o limite de sobrevivência de vários ecossistemas. Neles sucumbem muitas das espécies nativas de nossa flora e fauna, e o que parece ainda pior, a mata Atlântica pode desaparecer em 50 anos com o rítmico de destruição em que está.

O que está sendo feita para proteger as florestas

Diante dessas ameaças, alguns esforços estão sendo feitos, para conservar as florestas remanescentes. Mas se trata de uma tarefa gigantesca. Parques nacionais podem proteger alguns bolsões de florestas, mas a caça, as derrubadas e a agricultura de queimadas ainda continuam dentro dos limites de muitos parques.

Governos pobres são facilmente seduzidos por empresas internacionais a vender direitos de exploração de madeira, e os milhões de agricultores itinerantes não tem para onde ir, a não ser adentrar mais na mata.

Alimento ar puro e medicamento

O ar puro é tão importante quanto o alimento. Além de ser uma fonte de alimento e ar puro, a floresta tropical úmida é uma verdadeira farmácia. Um quarto dos medicamentos prescritos procede de plantas que crescem nas florestas tropicais. Das florestas nubladas dos Andes vêm a quinina, que combate a malária; da região Amazônica vem o curare, usado como relaxamento muscular em cirurgias, e da de Madagascar, a boa noite, cujos alcalóides aumentam sensivelmente a taxa de sobrevivência de pacientes com leucemia; e o tempo está se esgotando. "O Instituto de Câncer dos Estados Unidos avisa que a ampla destruição das florestas tropicais úmidas pode representar um sério retrocesso para a campanha de combate ao câncer".

Queimar uma floresta tropical úmida é como queimar uma biblioteca para aquecer a casa sem verificar o conteúdo dos livros.

Despertai! 08 de maio de 1998. Os naturalistas estão alarmados porque as florestas tropicais úmidas são muito difíceis de recuperar, o reflorestamento é um processo lento e caro, o último cartucho para combater a destruição das florestas tropicais, o replantio, provavelmente envolveria apenas umas poucas espécies de árvores tropicais, e as mudas precisariam de atenção constante para não ser sufocadas pelo mato. Para a floresta recuperar o esplendor anterior, a área replantada teria de ficar perto da mata virgem. (*Desmatamento Enciclopédia Microsoft 1993-1999*)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo este trabalho, pretendo deixar registrados fatos de nossa realidade, do Município de Rio Bonito do Iguaçu, iniciando pelo resgate da história de Laranjeiras do Sul (município-mãe). Desde o início da colonização, inúmeros foram os acontecimentos no Município de Laranjeiras do Sul, até nossos dias, e saber sobre os antecedentes, sua história, sua cultura, identificar essa miscigenação étnica que compõe a população, e perceber a subjugação da maioria dos povos é um ponto primordial da dinâmica sócio- espacial.

A população de Rio Bonito do Iguaçu é composta por trabalhadores de diversos setores, de média e baixa renda, e de um número significativo de desempregados, e-ou trabalhadores informais. A população de Rio Bonito do Iguaçu aumentou muito após a sua emancipação, por novos moradores atraídos pelas probabilidades de progresso do Município, e pelo grande fluxo de pessoas provenientes dos assentamentos.

O objetivo principal desse trabalho foi atingido, com o levantamento dos conhecimentos da origem do Distrito de Campo do Bugre, através da história contada por seus habitantes através de pesquisas e relato. Esse relato servirá para o conhecimento das gerações mais novas nesse Distrito e todas as pessoas envolvidas na Comunidade.

A migração, a presença indígena de negros e caboclos foram algumas causas que levaram ao início da colonização; até os dias de hoje, na Comunidade de Campo do Bugre a terra passou meio século por diferentes ocupações sócio-econômicas, como desmatamento, degradação de solo, destruição da floresta de araucária, e empobrecimento local.

Assim pudemos saber como viviam os moradores dessa comunidade, nos anos passados, e como vivem hoje, das conseqüências vivenciadas, e o desenvolvimento desse Distrito, pensando em resgatar culturas, valorizar nossa identidade, verificar nossa existência através da história contada por nossos antecedentes.

REFERÊNCIAS

ALTIERI Miguel. 1987 nº. 3 e 4. Brasília – DF. 2002.

APOSTILA Característica do Município - Rio Bonito do Iguaçu.

BONA Marcelo Inácio – **Memórias da Colonização de Palma Solla**. São Miguel do Oeste: Editora Gráfica MCLEE LTDA, 2003.

CALDART Roseli Salete - Educação do Campo - **Identidade e Políticas Públicas**.

CAMARGO João Olivir – **NERJE – Raízes da Nossa Terra**. Curitiba. Vicentina, 1999.

DESMATAMENTO Enciclopédia Microsoft (1993-1999)

Equipe Técnica Lumiare. Diagnóstico do assentamento Ireno Alves dos Santos. Rio Bonito do Iguaçu, janeiro 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Apostila: Questão Agrária – Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. Folha de Londrina- 16 de julho 1997.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em Educação do campo Espaço e território como categorias essenciais**, Apostila, Brasília 2006.

GRAMSCI, ANTÔNIO. **Caderno do Cárcere**: Os Intelectuais. O Principio Educativo jomalismo. volume (2). Rio de Janeiro, civilização Brs 2004.

MARCONDES, G. G. **História luta e trabalho**. Guarapuava: Gráfica Unicentro, julho 1998.

SALGADO, Sebastião e Saramago, José. **Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RAFFESTIN. Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo editora Ática, 1993.

REVISTA COSMOS, Vol. IV, nº. 1, Novembro 2006.

1. **General Information**
 2. **Project Description**
 3. **Objectives**
 4. **Methodology**
 5. **Results**
 6. **Conclusion**
 7. **References**
 8. **Appendices**
 9. **Index**
 10. **Table of Contents**
 11. **Abstract**
 12. **Introduction**
 13. **Background**
 14. **Scope**
 15. **Limitations**
 16. **Assumptions**
 17. **Definitions**
 18. **Acronyms**
 19. **Abbreviations**
 20. **References**
 21. **Appendices**
 22. **Index**
 23. **Table of Contents**
 24. **Abstract**
 25. **Introduction**
 26. **Background**
 27. **Scope**
 28. **Limitations**
 29. **Assumptions**
 30. **Definitions**
 31. **Acronyms**
 32. **Abbreviations**
 33. **References**
 34. **Appendices**
 35. **Index**
 36. **Table of Contents**
 37. **Abstract**
 38. **Introduction**
 39. **Background**
 40. **Scope**
 41. **Limitations**
 42. **Assumptions**
 43. **Definitions**
 44. **Acronyms**
 45. **Abbreviations**
 46. **References**
 47. **Appendices**
 48. **Index**
 49. **Table of Contents**
 50. **Abstract**
 51. **Introduction**
 52. **Background**
 53. **Scope**
 54. **Limitations**
 55. **Assumptions**
 56. **Definitions**
 57. **Acronyms**
 58. **Abbreviations**
 59. **References**
 60. **Appendices**
 61. **Index**
 62. **Table of Contents**
 63. **Abstract**
 64. **Introduction**
 65. **Background**
 66. **Scope**
 67. **Limitations**
 68. **Assumptions**
 69. **Definitions**
 70. **Acronyms**
 71. **Abbreviations**
 72. **References**
 73. **Appendices**
 74. **Index**
 75. **Table of Contents**
 76. **Abstract**
 77. **Introduction**
 78. **Background**
 79. **Scope**
 80. **Limitations**
 81. **Assumptions**
 82. **Definitions**
 83. **Acronyms**
 84. **Abbreviations**
 85. **References**
 86. **Appendices**
 87. **Index**
 88. **Table of Contents**
 89. **Abstract**
 90. **Introduction**
 91. **Background**
 92. **Scope**
 93. **Limitations**
 94. **Assumptions**
 95. **Definitions**
 96. **Acronyms**
 97. **Abbreviations**
 98. **References**
 99. **Appendices**
 100. **Index**
 101. **Table of Contents**
 102. **Abstract**
 103. **Introduction**
 104. **Background**
 105. **Scope**
 106. **Limitations**
 107. **Assumptions**
 108. **Definitions**
 109. **Acronyms**
 110. **Abbreviations**
 111. **References**
 112. **Appendices**
 113. **Index**
 114. **Table of Contents**
 115. **Abstract**
 116. **Introduction**
 117. **Background**
 118. **Scope**
 119. **Limitations**
 120. **Assumptions**
 121. **Definitions**
 122. **Acronyms**
 123. **Abbreviations**
 124. **References**
 125. **Appendices**
 126. **Index**
 127. **Table of Contents**
 128. **Abstract**
 129. **Introduction**
 130. **Background**
 131. **Scope**
 132. **Limitations**
 133. **Assumptions**
 134. **Definitions**
 135. **Acronyms**
 136. **Abbreviations**
 137. **References**
 138. **Appendices**
 139. **Index**
 140. **Table of Contents**
 141. **Abstract**
 142. **Introduction**
 143. **Background**
 144. **Scope**
 145. **Limitations**
 146. **Assumptions**
 147. **Definitions**
 148. **Acronyms**
 149. **Abbreviations**
 150. **References**
 151. **Appendices**
 152. **Index**
 153. **Table of Contents**
 154. **Abstract**
 155. **Introduction**
 156. **Background**
 157. **Scope**
 158. **Limitations**
 159. **Assumptions**
 160. **Definitions**
 161. **Acronyms**
 162. **Abbreviations**
 163. **References**
 164. **Appendices**
 165. **Index**
 166. **Table of Contents**
 167. **Abstract**
 168. **Introduction**
 169. **Background**
 170. **Scope**
 171. **Limitations**
 172. **Assumptions**
 173. **Definitions**
 174. **Acronyms**
 175. **Abbreviations**
 176. **References**
 177. **Appendices**
 178. **Index**
 179. **Table of Contents**
 180. **Abstract**
 181. **Introduction**
 182. **Background**
 183. **Scope**
 184. **Limitations**
 185. **Assumptions**
 186. **Definitions**
 187. **Acronyms**
 188. **Abbreviations**
 189. **References**
 190. **Appendices**
 191. **Index**
 192. **Table of Contents**
 193. **Abstract**
 194. **Introduction**
 195. **Background**
 196. **Scope**
 197. **Limitations**
 198. **Assumptions**
 199. **Definitions**
 200. **Acronyms**
 201. **Abbreviations**
 202. **References**
 203. **Appendices**
 204. **Index**
 205. **Table of Contents**
 206. **Abstract**
 207. **Introduction**
 208. **Background**
 209. **Scope**
 210. **Limitations**
 211. **Assumptions**
 212. **Definitions**
 213. **Acronyms**
 214. **Abbreviations**
 215. **References**
 216. **Appendices**
 217. **Index**
 218. **Table of Contents**
 219. **Abstract**
 220. **Introduction**
 221. **Background**
 222. **Scope**
 223. **Limitations**
 224. **Assumptions**
 225. **Definitions**
 226. **Acronyms**
 227. **Abbreviations**
 228. **References**
 229. **Appendices**
 230. **Index**
 231. **Table of Contents**
 232. **Abstract**
 233. **Introduction**
 234. **Background**
 235. **Scope**
 236. **Limitations**
 237. **Assumptions**
 238. **Definitions**
 239. **Acronyms**
 240. **Abbreviations**
 241. **References**
 242. **Appendices**
 243. **Index**
 244. **Table of Contents**
 245. **Abstract**
 246. **Introduction**
 247. **Background**
 248. **Scope**
 249. **Limitations**
 250. **Assumptions**
 251. **Definitions</**

LARANJEIRAS DO SUL E REGIÃO

RUA XV DE NOVENBRO — L. DO SUL



MEIO DE TRANSPORTE DE TRACÇÃO ANIMAL A CARROÇA "POLACA" FOI UMA CONTRIBUIÇÃO TRAZIDA PELOS PIONEIROS POLONESES PARA NOSSA REGIÃO

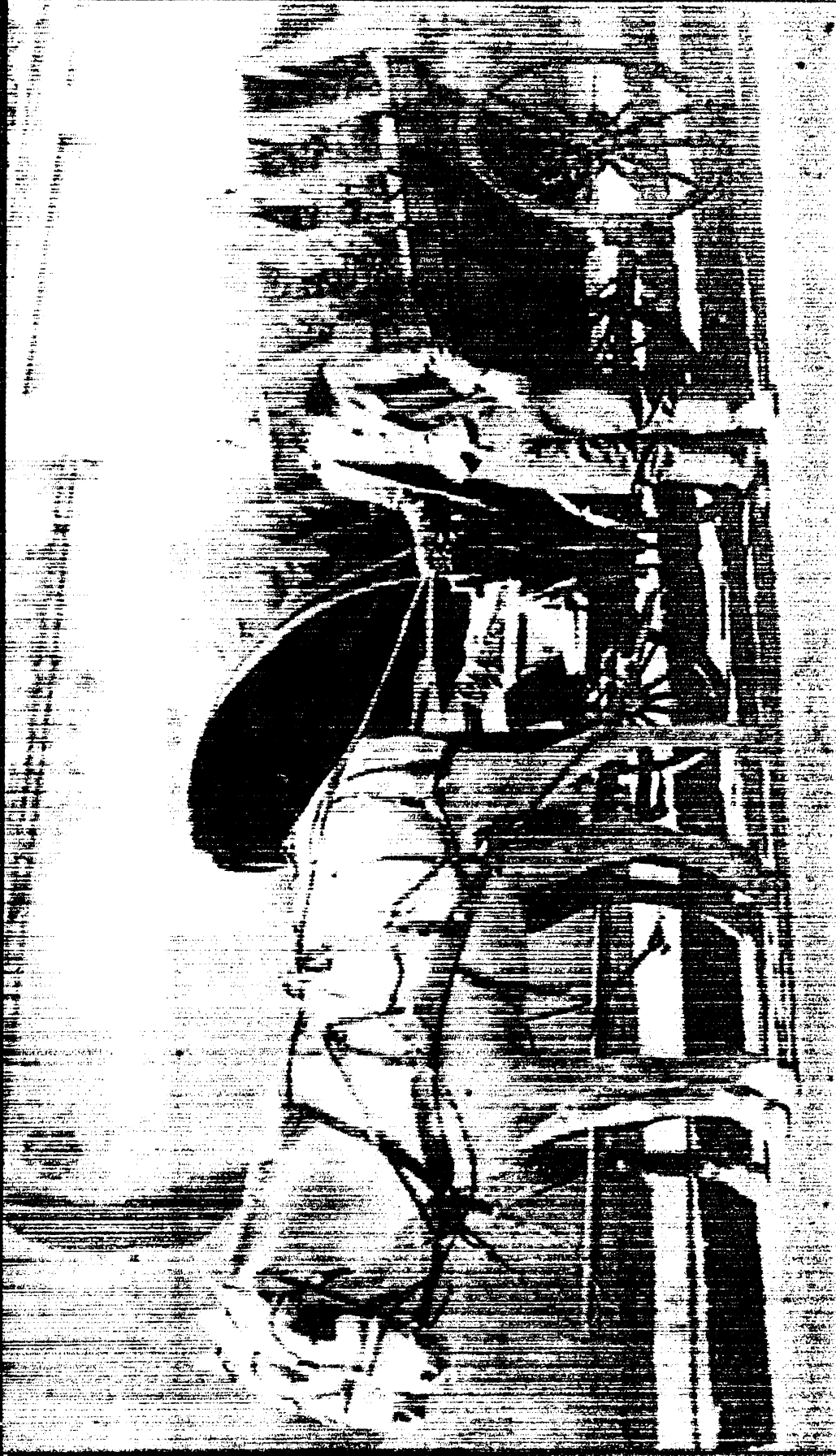
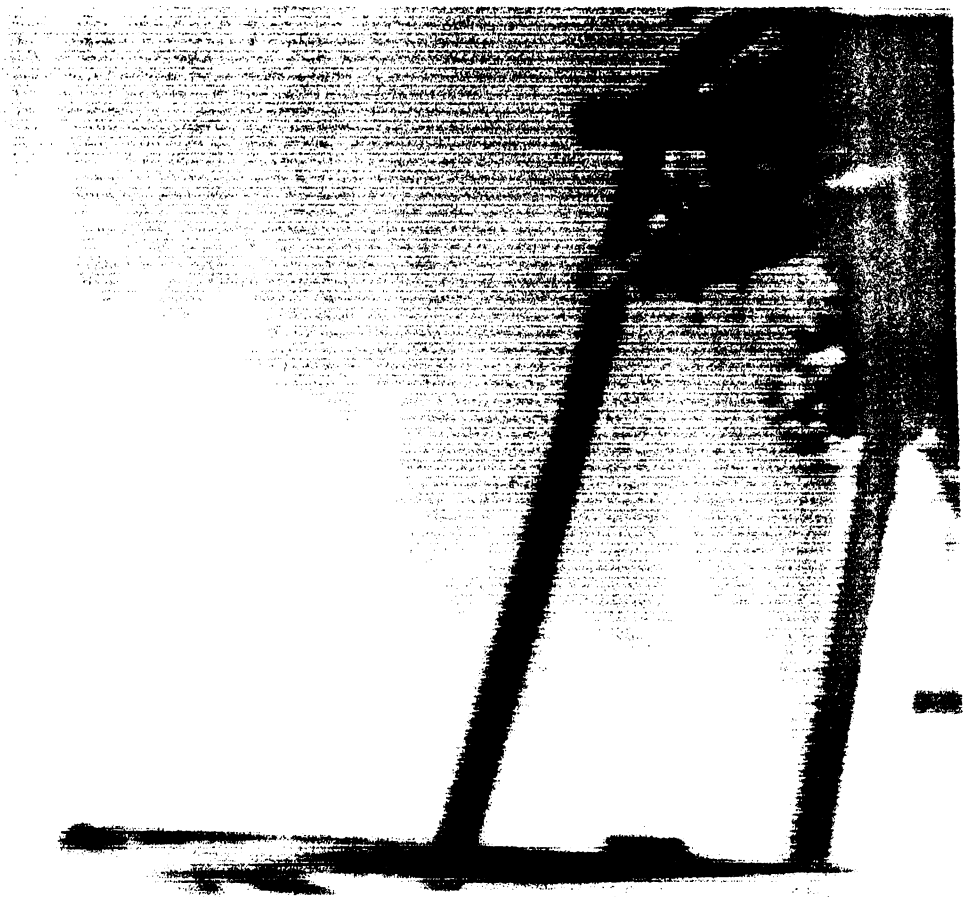


FOTO: ACERVO PARTICULAR DE ARIO B. MUSSOI



**INDUSTRIA MADEIREIRA NA CIDADE DE LARANJEIRAS
DO SUL NA DÉCADA DE 1960. NA FOTO, DEPÓSITO DE
MADEIRA DA COMPANHIA BOM PASTOR PRÓXIMO AO
LOCAL DO ATUAL PARQUE AGUÁTICO.**



MEIO DE TRANSPORTE DE CARGA UTILIZADO PELOS PIONEIROS: A CARROÇA PUXADA POR JUNTO DE BOIS.



**RUA XV DE NOVENBRO EM LARANJEIAS DO SUL NA
DÉCADA DE 1970. NA ESQUINA COM A SANTANA, A
PAVIMENTAÇÃO AINDA ERA FEITA COM PEDRAS
IRREGULARES.**

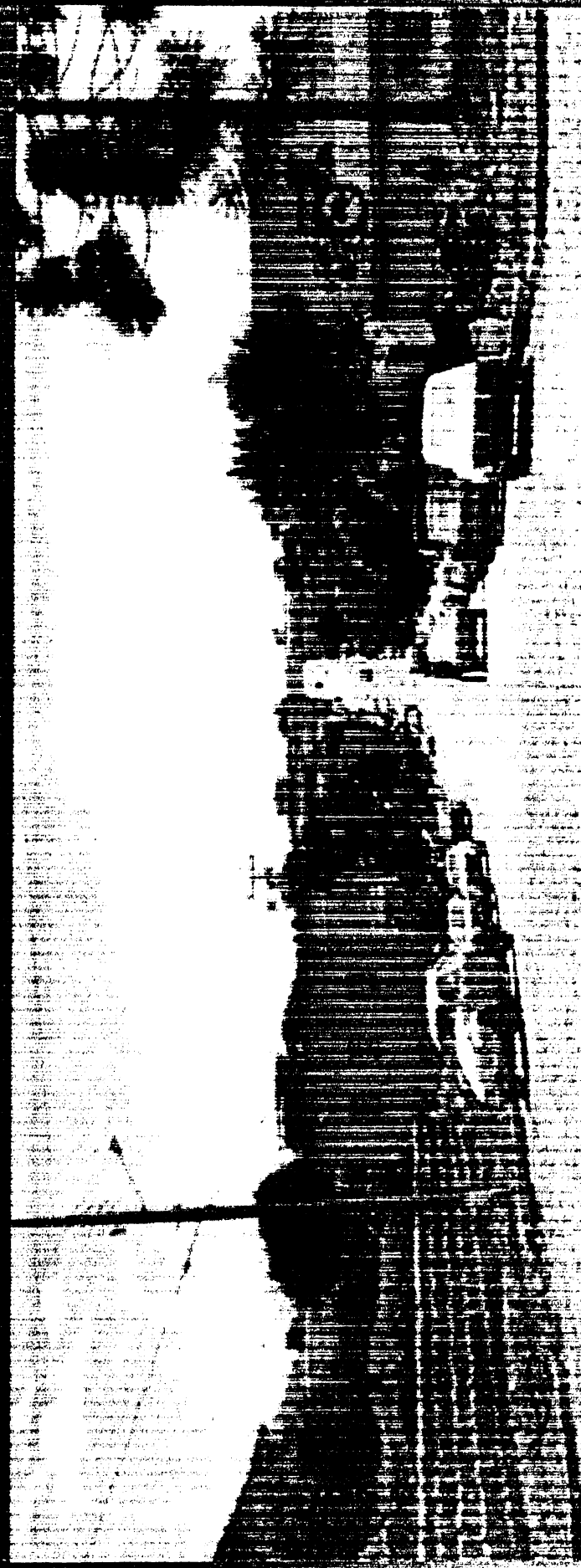
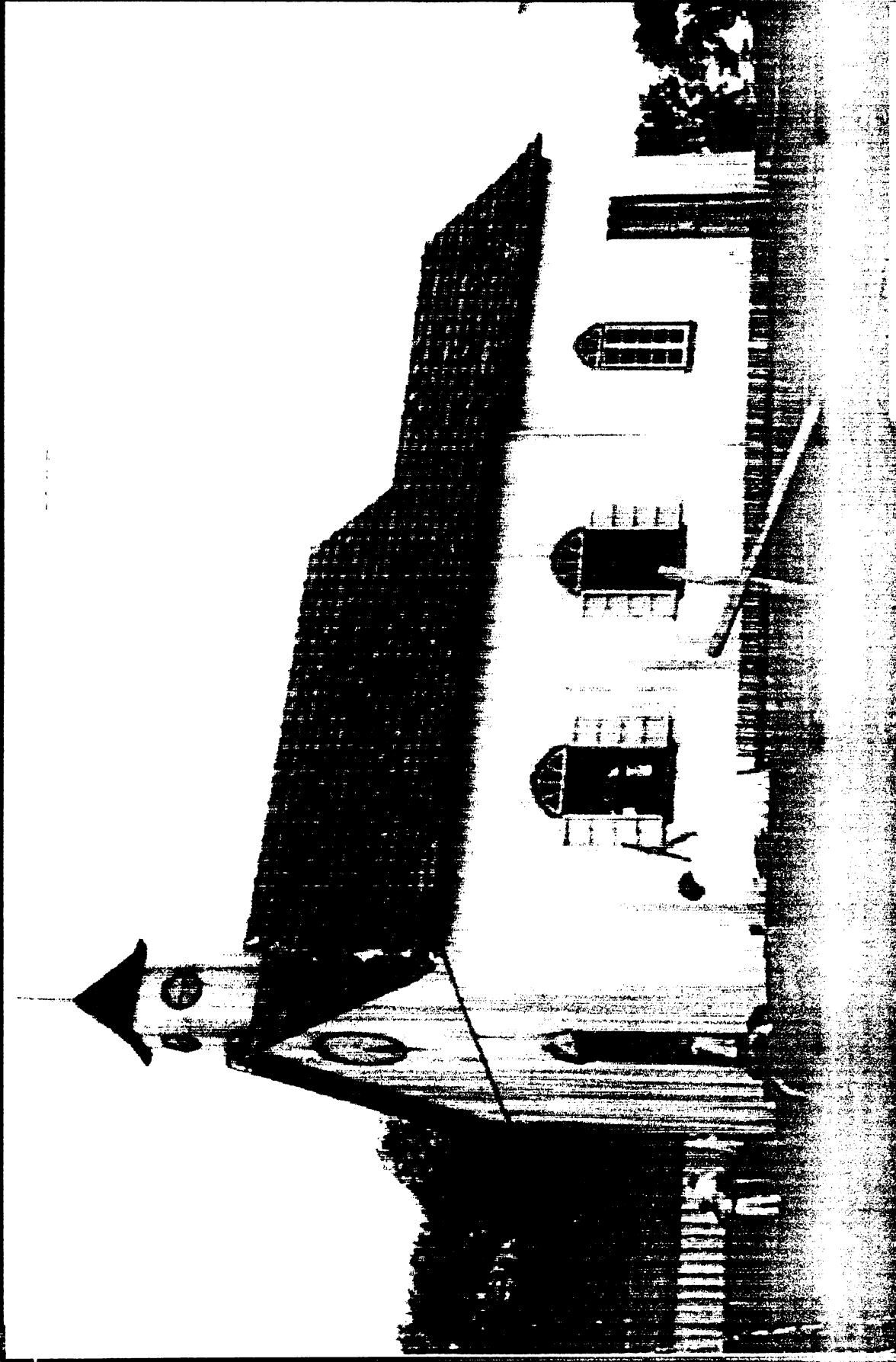
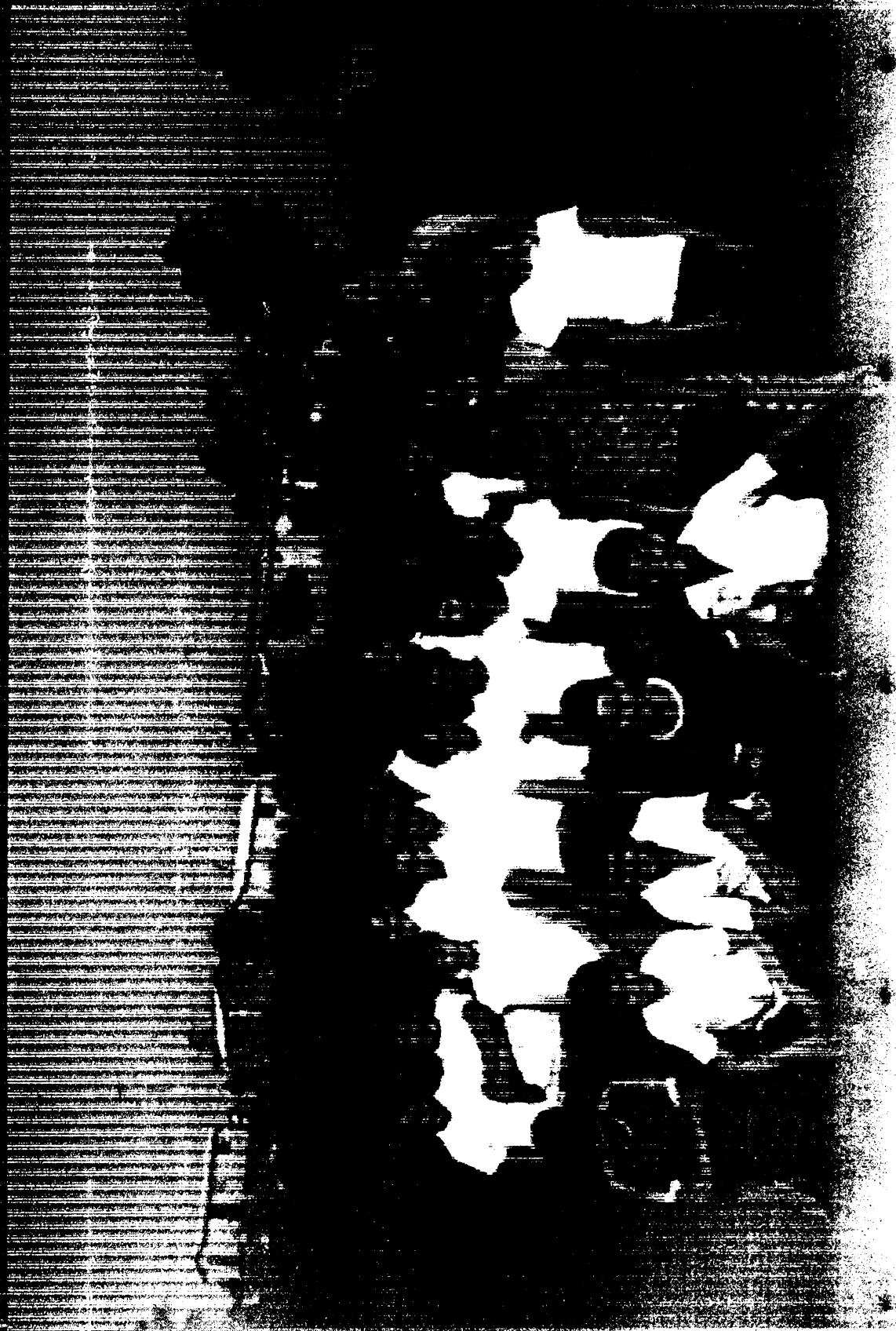


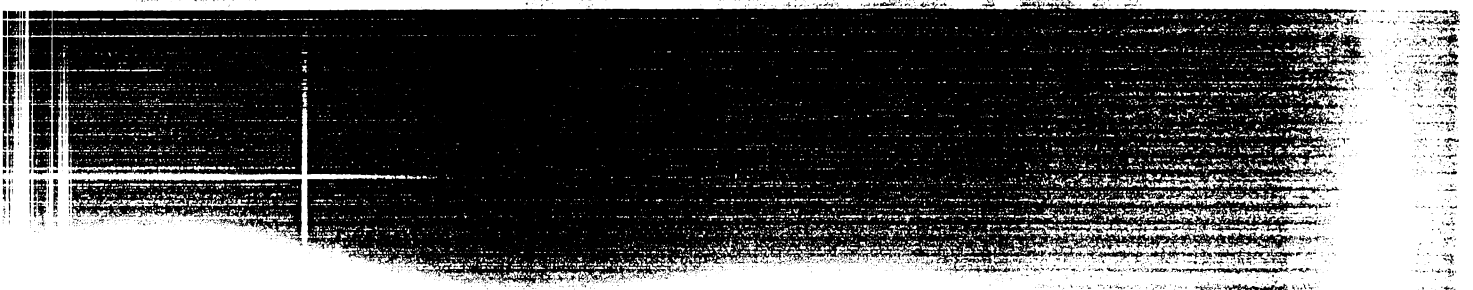
FOTO: ACERVO PARTICULAR DE ARIO B. RUSSO

IGREJA ANTIGA DE SANTO ANTONIO EM RIO BONITO



**ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR DE RIO BONITO (ATUAL
COLÉGIO LUDOVICA SAFRAIDER) NA DÉCADA DE 1970.**





**ANTIGAMENTE UMA DAS FORMAS DE DIVERSÃO ERA AS
CAÇADAS QUE OS MORADORES REALIZAVAM. HOJE ESTA
PRÁTICA É CONSIDERADA CRIME AMBIENTAL**



**DESCENDENTES DIRETOS DE JOSÉ NOGUEIRA DO
AMARAL, SEUS MEMBROS AINDA RESIDEM NA REGIÃO
(CAMPO DO BUGRE, RIO BONITO DO IGUAÇU,
LARANJEIRAS DO SUL).**



FOTO: ACERVO PARTICULAR DE ARIO B. NUSSOL

**PRAÇA DA REPÚBLICA (ATUAL JOSÉ NOGUEIRA DO
AMARAL) EM LARANJEIRAS DO SUL NO INÍCIO DA
DÉCADA DE 1970**



FOTO: ACERVO PARTICULAR DE ARIO B. MUSSOI

EDIFÍCIO ANTIGO DO COLÉGIO DAS IRMÃS EM LARANJEIRAS DO SUL

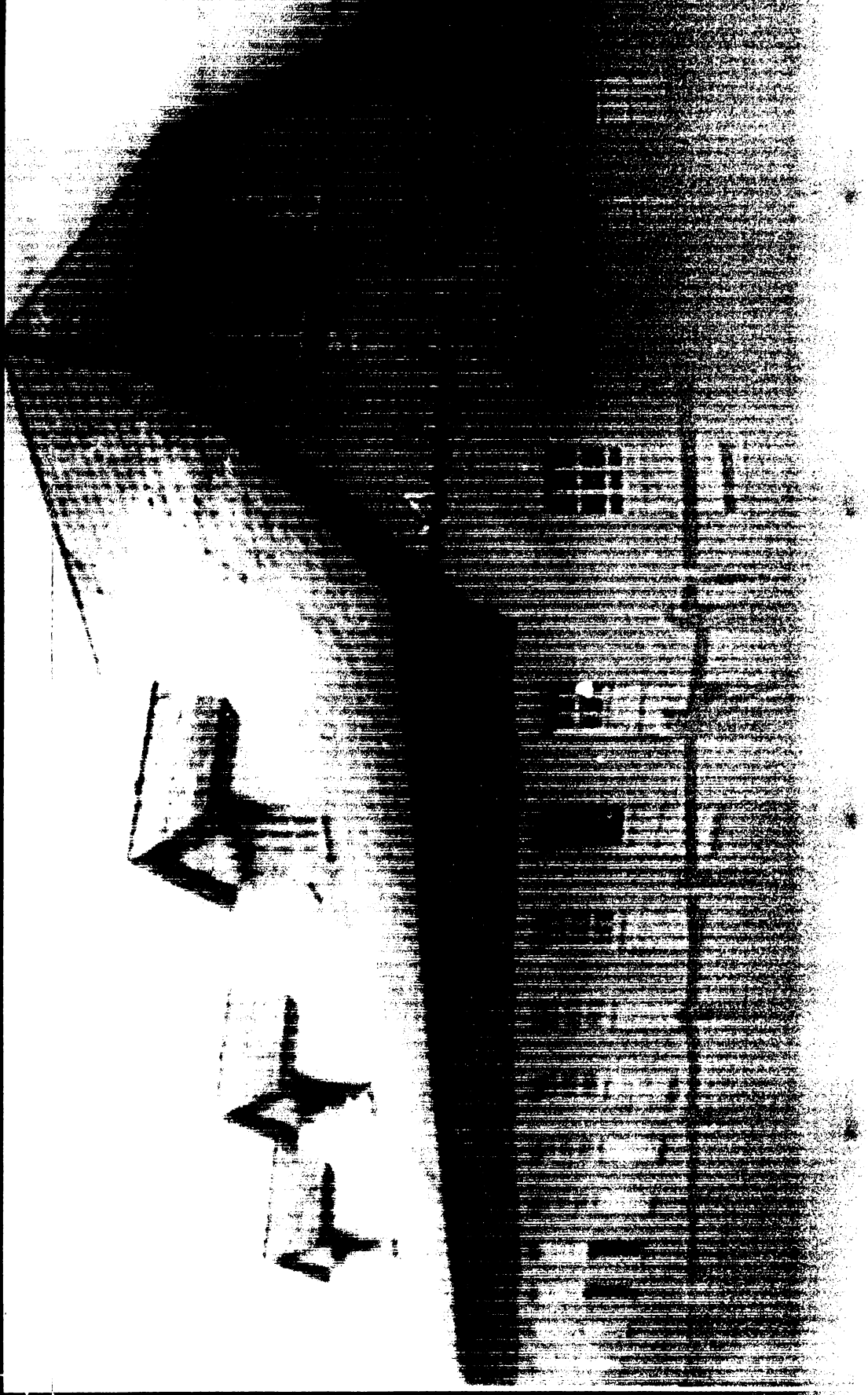


Foto: Acervo particular de Aino Berté Paes

VISTA AÉREA DE RIO BONITO DO IGUAÇU NOS PRIMEIROS ANOS DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO



FOTO: A CERVO PARTICULAR DE ARNO B. MUSSOI

CAÇADORES ACOMPANHADOS DOS CAES SE
PREPARANDO PARA MAIS UMA CAÇADA. AS CASAS AO
FUNDO ERAM AS RESIDÊNCIAS DOS FUNCIONÁRIOS
GRADUADOS DO TERRITÓRIO FEDERAL DO IGUAÇU



FOTO: ACERVO DIGITAL DA COMUNIDADE HISTÓRIA DE LARANJEIRAS DO SUL